

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Segundo divisão definida pelo IBGE, o Rio Grande do Sul – RS possui sete mesorregiões – Nordeste Rio-grandense; Noroeste Rio-grandense; Centro Ocidental Rio-grandense; Centro Oriental Rio-grandense; Metropolitana de Porto Alegre; Sudoeste Rio-grandense; Sudeste Rio-grandense. Entretanto, a colonização aliada à conformação geográfica determinou uma divisão mais abrangente (Mapas 1 e 2).

No norte do Estado se encontram as terras mais altas, chamadas Serra Geral que circundam o Planalto Meridional. O sul do Estado apresenta um relevo de média altitude. Entre estas duas faixas encontra-se a Depressão Central, faixa de terra de baixa altitude que liga o oeste ao leste do Estado. Por fim, no litoral, situa-se uma faixa arenosa, Planície Costeira, onde se destacam as lagoas e lagoas, como a dos Patos e Mirim.

O sul do Estado, conhecido como Metade Sul, corresponde às Mesorregiões Sudeste, Sudoeste, Centro Ocidental e parte das mesorregiões Metropolitana de Porto Alegre e Centro Oriental. Sua ocupação é mais antiga e ocorreu, principalmente, devido à preocupação do governo em relação às fronteiras do país. Por esta razão, a presença militar nesta parte do Estado sempre foi muito forte. A economia é tradicionalmente baseada em pecuária extensiva e seus segmentos complementares, charqueadas e, posteriormente, frigoríficos, e também arroz e beneficiamento. Até o final do século passado, era a região mais próspera do Estado, mas atualmente, apresenta estagnação econômica, entre outros, devido à pouca diversificação de sua economia, o que a deixou mais vulnerável às crises.

O norte do Estado foi colonizado posteriormente com a chegada dos imigrantes alemães e italianos no fim do século passado. O desenvolvimento ocorreu em forma de cooperação, em especial entre os italianos, que permitiram a implantação de equipamentos voltados ao desenvolvimento da população em geral (escolas, por exemplo). O Nordeste, que engloba grande parte da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre e o sul da mesorregião Nordeste, apresenta forte industrialização – petroquímica, metalmeccânica, móveis e madeira, couro e calçados – e concentrações urbanas. O turismo também tem crescido muito nesta região. Cidades como Canela e Gramado

Mapa 1

Mapa 2

são procuradas, principalmente no inverno, enquanto a Região de Vinhedos – Bento Gonçalves, Garibaldi, Caxias do Sul – tem enfoque na degustação de vinhos. Assim, a região serrana, com suas particularidades climáticas e culturais oriundas dos imigrantes europeus, é um grande atrativo para o turismo interno.

O Noroeste, que agrega a mesorregião Noroeste e partes das mesorregiões Centro Oriental e Nordeste, inicialmente desenvolveu uma economia baseada na agricultura diversificada, a qual cedeu espaço para as lavouras mecanizadas. Algumas de suas cidades desenvolveram uma indústria vinculada à agricultura – indústria alimentar e de máquinas e implementos agrícolas. A indústria do fumo se sobressai e está concentrada na mesorregião Centro Oriental.

O Rio Grande do Sul ainda detém o título de “celeiro do país”, mas tem buscado crescer também em outros setores, além daqueles tradicionais na economia do Estado. O pólo de informática no *campus* da Universidade do Vale dos Sinos deve apoiar a criação de empresas de informática e as já existentes. Paralelamente, investimentos nas indústrias petroquímica e metalmeccânica têm ampliado a expectativa de produção e faturamento nestas áreas. Além destes, a indústria de alimentos, em especial a de conservas, tem passado por reestruturações para se adequar à maior competitividade que se originou com a abertura do mercado.

Economia

Recentes acontecimentos apontam para mudanças positivas no perfil econômico do Estado. Com o propósito de fomentar o desenvolvimento em todo o Estado e diminuir o desequilíbrio entre as regiões, o governo do Rio Grande do Sul tem procurado incentivar os investimentos para além do tradicional eixo Porto Alegre-Caxias do Sul e dos setores tradicionais. Desta forma, a atração de empresas de alta tecnologia e o apoio a pequenos agricultores e pequenos empresários têm sido os objetivos a serem atingidos. A previsão de investimentos é grande, sendo o quinto Estado do país em termos de valores previstos a serem investidos até o ano 2000 – US\$ 7.951,4 milhões em 41 projetos (Tabela 1). Sozinho, o Rio Grande do Sul tem previsão de receber a metade dos investimentos calculados para a Região Sul.

Tabela 9
Previsão dos Investimentos¹ na Indústria de Transformação
Rio Grande do Sul
1997/2000

	Valor (US\$ Milhão)	%	% no Total da Região Sul
Total	7.951,4	100,0	51,5
Produtos Alimentícios e Bebidas	237,0	3,0	13,4
Produtos do Fumo	1.129,0	14,2	100,0
Produtos Têxteis	24,0	0,3	15,2
Couros e Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	91,9	1,2	100,0
Madeira	205,0	2,6	61,2
Celulose, Papel e Produtos de Papel	1.376,0	17,2	52,5
Produtos Químicos	3.861,5	48,5	93,4
Artigos de Borracha e Plástico	29,4	0,4	9,7
Metalurgia Básica	350,0	4,4	88,5
Produtos de Metal (exclusive Máquinas e Equipamentos)	176,0	2,2	91,7
Máquinas e Equipamentos	156,8	2,0	11,9
Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	314,8	4,0	12,4

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio.

(¹) Valor igual ou superior a US\$ 5 milhões.

A localização do Rio Grande do Sul, no extremo sul do País onde faz fronteira com Uruguai e Argentina, o torna importante no cenário do Mercosul. Esta proximidade geográfica tem sido um fator decisivo para a atração de novos investimentos de fora, principalmente aqueles que buscam atender não só à demanda interna, mas, também, às demandas dos países vizinhos que pertencem ao bloco do Mercosul. Assim, conforme Macadar (1999),¹⁹ várias empresas vêm anunciando investimentos no Estado, pois, além dos incentivos concedidos para sua instalação, há a vantagem locacional – proximidade aos mercados consumidores do Uruguai e da Argentina.

Entre os investimentos que se interessam pelo Rio Grande do Sul, predominam os de origem norte-americana e argentina. Os recursos estão sendo concentrados nos setores de alimentos e bebidas, bem como nos setores automotivo e de autopeças. A maior parte dos recursos ainda se concentra espacialmente na Região Metropolitana de Porto Alegre, e nas mesorregiões do seu entorno, portanto, se posicionando quase exclusivamente na parte norte, com poucas empresas pretendendo se localizar na parte sul do Estado.

¹⁹ Macadar, B.M. "A influência do Mercosul na atração de investimentos diretos estrangeiros e na ampliação da infra-estrutura do RS – 1998". In: *Indicadores Econômicos FEE*, v. 26, n. 4, 1999.

A economia gaúcha sempre manteve um forte vínculo com o mercado externo, sendo o terceiro estado exportador do país, atrás de São Paulo e Minas Gerais.²⁰ Tradicionalmente, o principal produto era, até 1996, calçados, seguido de soja e fumo. Este quadro pode mudar com a ampliação em 65% da capacidade de produção da Copesul no pólo petroquímico, em 1999, passando a produzir 1,3 milhão de toneladas/ano de eteno. O volume de produção excedente, após passar pela segunda geração, será destinado à exportação. Seguindo os passos da Copesul, a Ipiranga Petroquímica também ampliou a sua capacidade de produção, com duas novas plantas, totalizando 300 mil toneladas/ano de polipropileno e polietileno. O volume total de investimentos previsto no setor químico, entre 1997/2000, é na ordem de US\$ 3.861,5 milhões, quase 50% do volume total de investimentos previstos para o Estado. A ampliação da planta petroquímica deve atrair empresas de terceira geração para a área do pólo.

Por sua vez, no setor automotivo,²¹ a nova fábrica da General Motors, em Gravataí, está quase concluída e com previsão para início de produção em 2000. O Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), em parceria com a GM, tem preparado os futuros funcionários da fábrica, oferecendo cursos de gerentes a operadores de máquina. A expectativa é que sejam contratados 4 mil funcionários para todo o complexo, que inclui empresas fornecedoras de partes dos veículos, chamadas de sistemistas, e o estabelecimento de fábricas de pneus – Goodyear e Pirelli.

A indústria brasileira de fumo para cigarros está concentrada no sul do país e, em grande parte, no Rio Grande do Sul. É um produto tradicional na região central do Estado, na mesorregião Centro Oriental, e item importante na pauta de exportação do Estado. Atualmente, a indústria fumageira prevê a desaceleração da produção para se ajustar à nova demanda mundial. Isso é consequência do fato da produção mundial ter aumentado enquanto ocorreu uma retração na demanda, o que provocou queda nos preços do produto no mercado externo. Ainda assim, grandes empresas como a Souza Cruz e a

²⁰ *Atlas Sócio-Econômico do Rio Grande do Sul*. Secretaria da Coordenação e Planejamento, 1996.

²¹ Apesar da transferência da Ford para a Bahia em consequência da guerra fiscal entre os Estados que assola o país.

Philip Morris, entre outras, planejam investimentos na ordem de US\$ 1.129,0 milhão no setor, até o ano 2000.²²

Dentro do programa de desenvolvimento de novos setores no Estado, destaca-se a área de informática. Instalado na Região Metropolitana de Porto Alegre, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) em São Leopoldo, o pólo de informática já está funcionando em sua primeira fase e deve abrigar empresas que estão voltadas para o desenvolvimento de *software* e *hardware* e prestação de serviços.²³ Também já está em funcionamento, no pólo, a incubadora empresarial para a área de informática. Ainda na Unisinos, até o ano 2000, será construído o Parque Tecnológico que abrigará 13 empresas de médio e grande portes. E, na terceira fase do pólo, está previsto a criação de um condomínio empresarial. Este espaço será ocupado por empresas que saíram da incubadora após terem finalizado o desenvolvimento de seus produtos. Todo o complexo do pólo tecnológico deve gerar por volta de 6 mil postos de trabalho. Paralelamente, a fábrica da Dell Computers, em Eldorado do Sul, foi recém-inaugurada, em novembro de 1999. A empresa deve seguir os passos da matriz americana e realizar vendas diretas ao consumidor, via Internet ou telefone.

Somam-se a estes empreendimentos as perspectivas de investimentos dos setores tradicionais do Estado, como o grupo Gerdal. Com um quadro de 8.572 funcionários no Brasil e 1.242 no exterior e investimentos programados de US\$ 1,2 bilhão para os próximos quatro anos, o conglomerado tem optado por crescer através de aquisições. Neste sentido, a empresa adquiriu 75% da Ameristeel Corporation, a segunda maior fabricante de vergalhões dos EUA, o que aumentou a capacidade de produção do grupo em 35% - para 6,6 milhões de toneladas por ano, e inaugurou quatro novas fábricas, em São Paulo e Recife, uma siderúrgica em Santiago do Chile e uma fábrica de telas soldadas nervuradas em Recife. Destacam-se ainda os investimentos que estão sendo realizados para os três novos sistemas de despoeiramento de última geração nas unidades da Aços Finos Piratini, Riograndense e Guáira, e a entrada em operação do avançado sistema de gestão SAP/R3.

²² Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio, 1997, Tabela 1.

²³ Balanço Anual Rio Grande do Sul, Gazeta Mercantil, 1999.

A indústria de calçados, após assistir uma intensa migração para o Nordeste, começa a mudar seu perfil com a substituição das grandes empresas por centenas de pequenas. O setor foi duramente atingido pela política de âncora cambial, a qual reduziu as receitas da indústria geradas pela exportação. Para reerguer o setor, o governo estadual lançou um programa que inclui linhas de crédito e longo prazo para investimento fixo e capital de giro associado; financiamento para consórcios de exportação, linhas de curto prazo para sustentar a expansão da produção e também a formação de consórcios para compra de matérias-primas. Com isso, espera-se que as empresas recuperem os níveis de exportação anteriores à crise.

A indústria moveleira se beneficiou da abertura brasileira ao mercado internacional e modernizou o parque industrial através da compra de máquinas e equipamentos. Contudo, o mercado nacional não foi suficiente para absorver a sua produção e, portanto, o setor tem se voltado para a exportação. Dois programas orientados para este fim têm incentivado as empresas. Ambos têm como objetivo dar competitividade ao setor através da melhoria de qualidade e produtividade de seus produtos. O primeiro – Sebrae-Export – é de autoria do governo estadual, abrange pequenas e médias empresas e tem como alvo a América do Sul e Central, Caribe e África do Sul; o segundo, com alcance nacional, é promovido pela Associação Brasileira das Indústrias do Mobilário (Abimóvel) com o objetivo de exportar para os Estados Unidos, responsável pela absorção de 16% das exportações nacionais.

O Mercosul vem influenciando também nos investimentos em infra-estrutura no Estado, que se manifestam de forma predominante nas áreas de transporte (rodoviário, ferroviário, hidroviário e no porto do Rio Grande) e de energia (gás boliviano e argentino e de energia elétrica). Contudo, com os cortes no “Brasil em Ação II”, em função do ajuste fiscal, os planos de investimentos na infra-estrutura estadual deverão ficar comprometidos e/ou adiados, como por exemplo, o porto de Rio Grande e a rodovia do Mercosul, que são investimentos prejudicados pelo enxugamento de despesas. Já os gastos no gasoduto Brasil – Bolívia devem seguir em ritmo normal até Porto Alegre, isto porque os últimos investimentos do gasoduto estão previstos para serem

financiados com recursos externos e da iniciativa privada, de forma que os serviços não ficarão comprometidos (Macadar, 1999).

O turismo também está recebendo fortes investimentos, principalmente no ecoturismo, desenhando um novo mapa turístico para o Estado, no sentido de explorar cada vez mais as vocações regionais. Este esforço se deve ao fato de que o Rio Grande do Sul pode oferecer atrações naturais o ano todo porque é um dos poucos recantos do país que tem as quatro estações do ano bem definidas. Portanto, além de manter e incentivar os conhecidos roteiros da Serra Gaúcha (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Gramado e Canela) e do caminho das Missões, a Secretaria de Turismo do Estado vem definindo outros roteiros, que envolvem o litoral, os pampas, os recursos naturais para ecoturismo, as áreas de colonização européia, a produção de vinhos, entre outros lugares.

Produto Interno Bruto

O Rio Grande do Sul possuía a maior economia da Região Sul, com um Produto Interno Bruto (PIB) em 1998 de, aproximadamente, R\$ 54 bilhões (43,9% do PIB total da Região Sul), e a quarta economia do país, atrás de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com 7,0% do PIB total do País (Ipea). Todos os setores – agropecuária, indústria e serviços – tiveram destaque no cenário econômico da Região Sul, cada um alcançando cerca de 40% na participação total do PIB da região: serviços com 47,0% do PIB, seguido da agropecuária, com 41,1% e indústria, com 39,3% (Tabela 2).

Em sua estrutura de produção, observa-se que o setor de serviços foi o setor responsável pela geração da maior parte do PIB do Estado – 61,9%, seguido pela indústria e agropecuária, com 28,7% e 14,3%, respectivamente (Tabela 3). No setor de serviços, os segmentos administração pública e aluguéis se destacaram, com participação de 16,7% e 11,3% do PIB estadual, respectivamente, muito embora, na composição do PIB da Região Sul, a participação dos subsetores em geral apresentou equilíbrio, variando na ordem de 40% a 50% do total. No setor indústria, o segmento indústria geral se sobressaiu tanto na economia gaúcha, com 22,9% do PIB estadual, quanto na

Região Sul, com 49,6% do PIB regional. Em especial, destaca-se a indústria de fumo que apresentou aumento de produtividade e de área plantada.

Nota-se que, a partir de 1994, a participação da agropecuária apresentou um crescimento em detrimento de um ligeiro recuo nas participações da indústria e serviços. A retração na indústria foi, principalmente, no segmento indústria geral, particularmente nas indústrias alimentar, têxtil e vestuário e calçados. Em serviços, a queda foi mais acentuada no subsetor instituições financeiras, principalmente devido à reestruturação que ocorreu neste setor após o Plano Real.

Tabela 10
Participação do PIB Gaúcho no Total do PIB da Região Sul, segundo Setor de Atividade
1985-1998

Setor de Atividade	Em porcentagem													
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Agropecuária	39,6	38,9	41,7	40,7	39,8	40,3	41,3	42,3	42,1	41,4	39,4	41,8	41,9	41,1
Indústria	44,1	42,9	43,1	40,4	38,8	38,4	40,1	42,6	39,8	40,5	38,9	39,0	39,6	39,3
Indústria Geral	47,8	47,8	48,5	44,6	42,8	41,9	45,6	49,5	46,8	49,6	49,6	49,6	49,6	49,6
Construção Civil	25,6	23,4	23,2	23,5	25,4	26,6	26,8	25,4	21,6	25,3	21,5	21,3	22,5	23,1
S.I.U.P	26,8	22,2	26,5	28,3	26,7	24,9	15,2	15,2	13,3	12,4	14,9	17,7	18,8	18,8
Serviços	48,7	47,7	46,3	47,6	47,6	47,3	46,1	47,4	45,9	45,7	46,3	46,8	46,5	47,0
Comércio	47,0	45,3	44,4	44,4	44,6	45,3	44,7	47,0	46,1	44,9	44,6	45,6	45,6	47,1
Transportes	43,8	43,6	42,6	41,7	42,0	43,4	43,7	43,6	44,2	42,9	42,5	42,2	41,6	42,0
Comunicações	37,0	37,8	38,6	36,8	40,1	42,2	45,9	43,7	43,9	42,3	41,0	40,7	41,5	41,4
Inst. Financ.	51,6	47,0	47,0	52,7	50,3	46,3	45,5	45,9	42,3	40,7	40,0	40,8	40,7	40,8
Adm. Públicas	51,3	53,6	46,7	48,0	50,1	52,3	46,8	50,9	50,4	50,4	50,4	51,0	50,4	50,9
Aluguéis	52,4	53,0	52,0	52,5	50,9	50,6	49,0	49,5	51,1	50,8	50,8	49,8	49,3	49,6
Outros Serviços	47,7	47,6	47,1	46,7	47,1	46,7	46,4	47,1	47,2	46,8	46,4	46,0	46,0	46,0
Subtotal	45,3	44,1	44,4	43,7	43,4	43,5	43,5	45,3	43,5	43,4	43,0	43,7	43,7	43,8
Dummy Financeira	51,6	47,0	47,0	52,7	50,3	46,3	45,5	45,9	42,3	40,7	40,0	40,8	40,7	40,8
PIB a Custo de Fatores	44,4	43,9	44,0	42,5	42,0	43,1	43,3	45,2	43,8	43,8	43,2	43,8	43,9	43,9

Fonte: Ipea – Produto Interno Bruto por Unidade da Federação.

Tabela 11
Estrutura do PIB a Custo de Fatores, segundo Setor de Atividade
Rio Grande do Sul
1985-1998

Setor de Atividade	Em porcentagem													
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Agropecuária	18,9	18,0	16,8	17,1	15,5	12,3	12,2	11,7	11,7	15,3	14,6	14,6	14,1	14,3
Indústria	42,3	40,8	42,3	41,5	39,2	33,8	34,2	36,4	36,3	33,2	29,4	28,5	29,4	28,7
Indústria Geral	38,1	36,5	37,0	36,0	33,0	28,7	29,8	32,0	32,1	28,1	24,3	23,2	23,8	22,9
Construção Civil	2,6	2,8	3,4	3,4	4,4	3,4	3,1	2,9	2,9	3,9	3,9	3,7	4,1	4,4
S.I.U.P	1,6	1,5	1,9	2,1	1,8	1,7	1,3	1,4	1,2	1,2	1,3	1,5	1,5	1,5
Serviços	54,2	47,7	54,2	57,2	68,9	67,4	63,9	70,3	73,0	63,6	62,1	62,0	61,5	61,9
Comércio	11,1	11,0	10,3	11,4	11,9	15,9	13,3	12,2	13,3	12,9	12,3	10,8	10,8	10,3
Transportes	5,7	5,7	5,5	5,4	6,1	5,4	5,0	4,8	5,1	4,6	4,6	3,8	3,8	3,7
Comunicações	0,7	0,6	0,7	0,8	1,2	1,2	1,1	1,3	1,5	1,3	1,4	1,7	1,9	2,4
Inst. Financ.	15,2	6,9	13,5	15,7	23,4	13,6	10,9	19,3	21,7	13,1	7,3	6,2	5,9	5,9
Adm. Públicas	7,1	7,8	7,3	7,3	9,7	15,4	13,1	14,3	14,3	15,4	17,1	16,9	16,3	16,7
Aluguéis	3,4	4,6	6,0	4,3	3,3	5,6	9,3	7,5	5,5	5,7	8,5	10,7	11,1	11,3
Outros Serviços	11,1	11,1	10,9	12,3	13,3	10,3	11,2	11,1	11,6	10,5	11,0	11,8	11,7	11,7
Subtotal	115,4	106,6	113,3	115,8	123,5	113,5	110,3	118,4	121,0	112,1	106,1	105,1	104,9	104,9
Dummy Financeira	-15,4	-6,6	-13,3	-15,8	-23,5	-13,5	-10,3	-18,4	-21,0	-12,1	-6,1	-5,1	-4,9	-4,9
PIB a Custo de Fatores	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ipea – Produto Interno Bruto por Unidade da Federação – 1985-98.

Um mapeamento da estrutura produtiva do Rio Grande do Sul mostra que a indústria gaúcha está centrada principalmente no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul e proximidades. Nesta área se destacam os complexos químico e metal-mecânico e a indústria de calçados – Vale dos Sinos. A agroindústria está distribuída pelo Estado, de acordo com a produção agropecuária local. Esta divide o Estado em duas regiões distintas: o norte do Estado, composto basicamente por pequenas e médias propriedades (exceção do norte da mesorregião Nordeste, onde predominam as grandes propriedades) e culturas envolvendo grãos, fumo e fruticultura; e o sul do Estado, que tem grandes e médias propriedades com produção de arroz e criação de animais.

Vale salientar, neste mapeamento, o processo de estagnação econômica que ocorre na metade sul do Estado. Segundo artigos do jornal Folha de São Paulo (1999),²⁴ a participação da metade sul na produção industrial caiu de 49%, em 1920, para 10% hoje, e a participação no PIB, que era de 38% em 1940, hoje está em 17%. Este processo decorre "de um lado, uma crise estrutural semi-secular, decorrente da incapacidade de alcançar uma inserção favorável, pelo menos nos ciclos expansivos da economia brasileira e do próprio estado. Incapacidade, também, em diversificar a sua base produtiva (...). De outro lado, sofre também os efeitos da crise que se abateu e ainda perdura sobre a economia brasileira, nas últimas décadas".²⁵

O governo gaúcho tenta reverter este quadro através dos programas PAD (Plano Articulado de Desenvolvimento) e Reconvertul, que visam incentivar a economia nesta região através da diversificação, integração e competitividade. Nestes programas, incentivos fiscais, créditos de longo prazo e taxas de juros reduzidas atraem, principalmente, as agroindústrias, já tradicionais na região. Paralelamente, investimentos mais pesados estão sendo projetados, tais como o complexo de extração de titânio em São José do Norte, do Grupo Paranapanema, e a termoelétrica de Uruguaiana.

²⁴ Artigos do jornal Folha de S.Paulo, de 25/07/1999, pp. 1.10 e 1.11.

²⁵ "Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil". *Relatório da UNICAMP/NESU*. Campinas, junho de 1998.

Evolução das Ocupações e do Emprego

A Tabela 4 traz informações sobre a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar – PNAD – do IBGE que possibilitam uma análise da estrutura da população ocupada nos diversos tipos de atividade econômica, no Estado do Rio Grande do Sul.

Observa-se que o pessoal ocupado (PO) em atividades não-agrícolas em áreas urbanas cresceu tanto na Região Metropolitana quanto fora dela. Contudo, há diferenças na estrutura de crescimento entre as duas áreas. Na Região Metropolitana, destaca-se o crescimento em atividades ligadas basicamente a serviços, tais como prestação de serviços, serviços auxiliares e transporte ou comunicação. Todos os setores que apresentaram taxas de crescimento anual do PO acima de 5,0% no período de 1992/97 estão relacionados a serviços. Fora da Região Metropolitana, os setores que mais sobressaíram foram a indústria da construção e administração pública. As obras de três usinas hidrelétricas e uma termelétrica são as principais responsáveis pelo aquecimento da indústria da construção fora da Região Metropolitana.

Outro ponto não coincidente entre as duas áreas é o crescimento da indústria de transformação. Enquanto na Região Metropolitana tem havido uma redução na ocupação, o restante do Estado manteve uma taxa de crescimento positiva. Isso ocorreu principalmente devido a transferência de produtores de calçados para a Região Nordeste do país. A indústria de calçados mostrou forte retração na área metropoliotana – taxa de -7,8% a.a., entre 1992/97, enquanto no interior a queda na taxa de crescimento foi bem menor (-0,1% a.a.).

O setor financeiro também apresentou forte redução no pessoal ocupado, o que reflete a reestruturação pela qual o setor passou desde o início do Plano Real e o uso mais intensivo de tecnologia bancária. Por isso, o setor apresentou taxas de crescimento negativas tanto na área metropolitana quanto fora dela: (-6,1% e -4,0%, respectivamente).

Tabela 12
População Ocupada¹ () em Atividades Não-Agrícolas, Residentes em Áreas Urbanas, segundo
Ramos de Atividade
Rio Grande do Sul
1992-1997

Ramos de Atividades	Em 1.000 Pessoas					
	1992	1993	1995	1996	1997	1992/97 % aa
Total Urbano	3.081	3.121	3.225	3.246	3.325	1,5 ***
Indústria de Transformação	731	734	721	700	721	-0,6 *
Indústria da Construção	215	210	209	239	251	3,2 *
Outras Atividades Industriais	31	41	39	30	36	0,1
Comércio de Mercadorias	485	530	516	527	534	1,3 *
Prestação de Serviços	673	669	740	732	784	3,1 ***
Serviços Auxiliares	156	163	165	192	178	3,4 **
Transporte ou Comunicação	134	131	146	138	159	3,1 **
Serviços Sociais	348	341	375	398	376	2,6 **
Administração Pública	190	182	197	190	190	0,4
Outras Atividades	118	120	117	99	96	-4,4 **
Metropolitano	1.310	1.308	1.381	1.371	1.390	1,3 ***
Indústria de Transformação	344	335	302	293	293	-3,6 ***
Indústria da Construção	84	90	91	88	103	2,8 *
Outras Atividades Industriais	11	16	16	14	14	3,0
Comércio de Mercadorias	197	196	221	220	223	3,0 ***
Prestação de Serviços	259	265	301	311	324	4,9 ***
Serviços Auxiliares	79	82	84	97	96	4,3 ***
Transporte ou Comunicação	58	60	66	69	70	4,2 ***
Serviços Sociais	148	144	161	161	154	1,8 *
Administração Pública	70	62	73	74	68	1,1
Outras Atividades	61	59	65	45	46	-5,7 *
Não Metropolitano	1.771	1.813	1.844	1.875	1.935	1,6 ***
Indústria de Transformação	387	399	418	408	428	1,8 ***
Indústria da Construção	131	121	118	152	148	3,5
Outras Atividades Industriais	20	25	23	16	22	-1,8
Comércio de Mercadorias	289	334	295	308	311	0,2
Prestação de Serviços	414	405	438	420	461	2,0 *
Serviços Auxiliares	77	80	81	95	82	2,3
Transporte ou Comunicação	76	71	79	69	90	2,2
Serviços Sociais	200	197	214	238	222	3,2 **
Administração Pública	120	120	124	116	122	0,0
Outras Atividades	57	61	53	54	50	-3,3 **

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

"-" indica menos de seis observações na amostra.

(¹) PEA restrita

Os dados do Ministério do Trabalho (Tabela 5) mostram que houve queda no emprego formal no Rio Grande do Sul no período de 1986 a 1997, com diminuição de aproximadamente 74 mil postos de trabalho (-4,2%). Os segmentos que mais influenciaram nesta queda foram o extrativo mineral e a indústria de

transformação, com taxas de crescimento negativas de 29,5% e 18,5%, respectivamente. Em contrapartida, a construção civil e a agropecuária foram os responsáveis pelos maiores índices de aumento de pessoal ocupado formal, com taxas de crescimento de 71,2% e 38,4%, respectivamente.

A queda na indústria de transformação reflete, principalmente, a reestruturação produtiva por que passa o setor e os reflexos negativos da política econômica visando a estabilização de preços. As maiores quedas na indústria ocorreram nos segmentos têxtil, mecânica, calçados e fumo (45,1%, 36,8%, 26,3% e 25,8%, respectivamente). Os únicos segmentos que apresentaram crescimento no pessoal ocupado formal foram a indústria de material de transporte, com aumento de 2.634 novos postos de trabalho (10,8%) e a indústria química com crescimento de 5,8%, o que corresponde a 1.850 novos postos formais de trabalho, entre 1986 e 1997.

No setor de serviços, enquanto a maioria dos segmentos apresentou crescimento do pessoal ocupado formal, o segmento financeiro apresentou queda de 5.603 postos de trabalho (32,6%), entre 1986 e 1997. Vale ressaltar a diminuição de postos de trabalho na administração pública, 58.151 de postos de trabalho (-27,6%), que pode sugerir um ajuste para diminuição da máquina pública.

Tabela 13

Evolução do Emprego Formal e do Número de Unidades Locais, segundo Ramos de Atividade
Rio Grande do Sul
1986 - 1997

Ramos de Atividade	Total 1986		Total 1997		1997/1986	
	UL	PO	UL	PO	% UL	% PO
Total	113.120	1.757.144	141.509	1.683.130	25,1	-4,2
Extrativa Mineral	446	6.468	584	4.559	30,9	-29,5
Indústria de Transformação	16.881	568.904	23.915	463.493	41,7	-18,5
Serviços Industriais de Utilidade Pública	629	21.650	848	21.719	34,8	0,3
Construção Civil	1.572	38.786	5.304	66.390	237,4	71,2
Comércio	37.939	276.896	61.396	279.739	61,8	1,0
Setor de Serviços	54.263	819.652	47.777	821.206	-12,0	0,2
Agropecuária (inclui Silvicultura, Criação Animais, Extração Vegetal e Pesca)	713	18.292	1.403	25.324	96,8	38,4
Outros	677	6.496	282	700	-58,3	-89,2

Fonte: Ministério do Trabalho – Mtb.

Tabela 14
Evolução do Emprego Formal e do Número de Unidades Locais, segundo Ramos de Atividade
Rio Grande do Sul
1986 - 1997

Ramos de Atividade	Total 1986		Total 1990		1990/1986		Total 1995		1995 / 1990		Total 1997		1997 / 1995		1997 / 1986	
	UL	PO	UL	PO	UL (%)	PO (%)	UL	PO	UL (%)	PO (%)	UL	PO	UL (%)	PO (%)	UL (%)	PO (%)
Total	113.120	1.757.144	123.552	1.768.986	9,2	0,7	127.342	1.651.370	3,1	(6,6)	141.509	1.683.130	11,1	1,9	25,1	(4,2)
Extrativa Mineral	446	6.468	482	5.999	8,1	(7,3)	551	4.168	14,3	(30,5)	584	4.559	6,0	9,4	30,9	(29,5)
Indústria de Produtos Miner. Não-Metálicos	1.500	15.122	1.489	13.924	(0,7)	(7,9)	1.384	12.567	(7,1)	(9,7)	1.471	13.462	6,3	7,1	(1,9)	(11,0)
Indústria Metalúrgica	2.044	58.381	2.234	52.918	9,3	(9,4)	2.808	43.971	25,7	(16,9)	3.143	46.613	11,9	6,0	53,8	(20,2)
Indústria Mecânica	1.037	55.823	1.389	40.340	33,9	(27,7)	1.060	36.938	(23,7)	(8,4)	1.120	35.267	5,7	(4,5)	8,0	(36,8)
Indústria Material Eletr. e de Comunicação	244	12.928	390	12.680	59,8	(1,9)	420	13.009	7,7	2,6	434	11.537	3,3	(11,3)	77,9	(10,8)
Indústria do Material de Transporte	267	18.947	304	19.173	13,9	1,2	506	19.302	66,4	0,7	532	21.581	5,1	11,8	99,3	13,9
Indústria da Madeira e do Mobiliário	3.084	43.544	3.314	34.448	7,5	(20,9)	3.489	36.780	5,3	6,8	3.810	38.657	9,2	5,1	23,5	(11,2)
Indústria do Papel, Papelão, Edit. e Gráfica	789	21.608	968	19.998	22,7	(7,5)	1.210	21.318	25,0	6,6	1.344	20.731	11,1	(2,8)	70,3	(4,1)
Indústria Borracha, Fumo, Couros, Peles, Indústria Química de Produtos, Farmacêutica, Indústria Têxtil de Vest. e Artéf. de Tecidos	1.397	52.003	1.597	50.396	14,3	(3,1)	1.427	38.891	(10,6)	(22,8)	1.545	38.586	8,3	(0,8)	10,6	(25,8)
Indústria Química de Produtos, Farmacêutica, Indústria Têxtil de Vest. e Artéf. de Tecidos	751	31.966	908	31.095	20,9	(2,7)	1.407	34.504	55,0	11,0	1.584	33.816	12,6	(2,0)	110,9	5,8
Indústria Têxtil de Vest. e Artéf. de Tecidos	1.700	40.453	2.981	33.902	75,4	(16,2)	2.870	22.805	(3,7)	(32,7)	2.930	22.204	2,1	(2,6)	72,4	(45,1)
Indústria de Calçados	1.578	138.228	1.857	122.661	17,7	(11,3)	1.707	113.755	(8,1)	(7,3)	1.821	101.805	6,7	(10,5)	15,4	(26,3)
Indústria de Prod. Alim., Beb. e Álcool Etilico	2.490	79.901	2.735	75.672	9,8	(5,3)	3.745	84.683	36,9	11,9	4.181	79.234	11,6	(6,4)	67,9	(0,8)
Serviços Industriais de Utilidade Pública	629	21.650	852	21.758	35,5	0,5	858	25.682	0,7	18,0	848	21.719	(1,2)	(15,4)	34,8	0,3
Construção Civil	1.572	38.786	4.529	43.475	188,1	12,1	4.915	56.605	8,5	30,2	5.304	66.390	7,9	17,3	237,4	71,2
Comércio Varejista	32.975	228.712	36.875	220.110	11,8	(3,8)	47.220	217.045	28,1	(1,4)	53.449	230.978	13,2	6,4	62,1	1,0
Comércio Atacadista	4.964	48.184	5.177	48.873	4,3	1,4	7.763	51.181	50,0	4,7	7.947	48.761	2,4	(4,7)	60,1	1,2
Instituições de Crédito, Seg. e Capitalização	1.746	64.237	1.720	60.964	(1,5)	(5,1)	2.516	53.617	46,3	(12,1)	2.656	44.021	5,6	(17,9)	52,1	(31,5)
Com Adm. Imov., Val. Mov. Serv. Tec. Prof. Etc	9.369	108.713	13.694	124.826	46,2	14,8	10.671	77.796	(22,1)	(37,7)	13.806	90.752	29,4	16,7	47,4	(16,5)
Transportes e Comunicações	3.626	75.655	3.314	73.529	(8,6)	(2,8)	5.960	92.247	79,8	25,5	6.771	87.500	13,6	(5,1)	86,7	15,7
Serviços Alojamento, Alim., Rep. Man. Red., Serviços Médicos, Odontológicos e Ensino	15.392	159.483	15.764	161.656	2,4	1,4	15.693	105.875	(0,5)	(34,5)	18.538	123.068	18,1	16,2	20,4	(22,8)
Serviços Médicos, Odontológicos e Ensino	1.199	29.845	2.567	37.496	114,1	25,6	2.412	65.994	(6,0)	76,0	2.875	68.684	19,2	4,1	139,8	130,1
Ensino	501	7.962	481	8.249	(4,0)	3,6	1.661	53.285	245,3	546,0	2.119	56.012	27,6	5,1	323,0	603,5
Administração Pública Direta e Autárquica	22.430	373.757	6.349	350.194	(71,7)	(6,3)	1.010	330.595	(84,1)	(5,6)	1.012	351.169	0,2	6,2	(95,5)	(6,0)
Agric, Silvíc, Criação Animais, Extr. Veg., Pesca	713	18.292	2.411	28.535	238,1	56,0	1.545	28.000	(35,9)	(1,9)	1.403	25.324	(9,2)	(9,6)	96,8	38,4
Outros	677	6.496	9.171	76.115	1254,7	1071,7	2.534	10.757	(72,4)	(85,9)	282	700	(88,9)	(93,5)	(58,3)	(89,2)

Fonte: Ministério do Trabalho – Mtb.

Tabela 15
Evolução do Emprego Formal e do Número de Unidades Locais, segundo Ramos de Atividade
Região Metropolitana de Porto Alegre
1986 - 1997

Ramos de Atividade	Total 1986		Total 1990		1990/1986		Total 1995		1995 / 1990		Total 1997		1997 / 1995		1997 / 1986	
	UL	PO	UL	PO	UL (%)	PO (%)	UL	PO	UL (%)	PO (%)	UL	PO	UL (%)	PO (%)	UL (%)	% PO
Total	41.839	922.114	46.826	930.392	11,9	0,9	47.694	840.082	1,9	-9,7	53.028	706.765	11,2	-15,9	26,7	-23,4
Extrativa Mineral	62	793	103	1.182	66,1	49,1	73	796	-29,1	-32,7	69	1.105	-5,5	38,8	11,3	39,3
Indústria de Produtos Miner. Não-Metálicos	343	5.953	383	5.483	11,7	-7,9	283	5.269	-26,1	-3,9	313	5.433	10,6	3,1	-8,7	-8,7
Indústria Metalúrgica	831	36.563	917	32.224	10,3	-11,9	1.096	22.950	19,5	-28,8	1.257	23.088	14,7	0,6	51,3	-36,9
Indústria Mecânica	450	26.793	713	19.063	58,4	-28,9	494	20.225	-30,7	6,1	528	16.987	6,9	-16,0	17,3	-36,6
Indústria Material Eletr. e de Comunicação	153	10.298	226	10.025	47,7	-2,7	195	6.385	-13,7	-36,3	209	6.320	7,2	-1,0	36,6	-38,6
Indústria do Material de Transporte	99	7.633	125	6.849	26,3	-10,3	180	6.744	44,0	-1,5	184	6.824	2,2	1,2	85,9	-10,6
Indústria da Madeira e do Mobiliário	619	8.679	797	6.976	28,8	-19,6	609	6.161	-23,6	-11,7	618	5.991	1,5	-2,8	-0,2	-31,0
Indústria do Papel, Papelão, Edit. e Gráfica	380	14.792	454	13.063	19,5	-11,7	600	13.629	32,2	4,3	616	12.290	2,7	-9,8	62,1	-16,9
Indústria Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Indústria Diversos.	706	29.028	749	25.599	6,1	-11,8	643	18.154	-14,2	-29,1	694	17.552	7,9	-3,3	-1,7	-39,5
Indústria Química de Produtos, Farmacêutica, Veterinária., Perfumaria. Sabão	482	22.444	583	23.447	21,0	4,5	824	23.905	41,3	2,0	864	21.856	4,9	-8,6	79,3	-2,6
Indústria Têxtil do Vest. e Artif. de Tecidos	694	20.128	1.091	14.963	57,2	-25,7	875	9.879	-19,8	-34,0	837	7.761	-4,3	-21,4	20,6	-61,4
Indústria de Calçados	773	85.443	885	71.741	14,5	-16,0	797	61.597	-9,9	-14,1	822	52.192	3,1	-15,3	6,3	-38,9
Indústria de Prod. Alim., Beb. e Álcool Etilico	571	17.602	687	17.921	20,3	1,8	966	19.239	40,6	7,4	1.044	18.789	8,1	-2,3	82,8	6,7
Serviços Industriais de Utilidade Pública	99	11.111	205	11.269	107,1	1,4	136	13.794	-33,7	22,4	148	12.805	8,8	-7,2	49,5	15,2
Construção Civil	755	23.137	1.342	24.616	77,7	6,4	2.169	29.784	61,6	21,0	2.386	33.870	10,0	13,7	216,0	46,4
Comércio Varejista	10.736	98.160	12.592	95.026	17,3	-3,2	15.574	92.067	23,7	-3,1	17.414	95.493	11,8	3,7	62,2	-2,7
Comércio Atacadista	1.945	22.886	2.095	24.585	7,7	7,4	3.285	24.336	56,8	-1,0	3.335	21.663	1,5	-11,0	71,5	-5,3
Instituições de Crédito, Seg. e Capitalização	576	34.634	609	32.576	5,7	-5,9	1.100	29.236	80,6	-10,3	1.169	25.802	6,3	-11,7	103,0	-25,5
Com Adm. Imov., Val. Mov. Serv. Tec. Prof.Etc	4.923	59.935	7.487	70.350	52,1	17,4	6.015	51.260	-19,7	-27,1	8.012	60.993	33,2	19,0	62,7	1,8
Transportes e Comunicações	1.093	48.053	990	45.794	-9,4	-4,7	1.891	54.342	91,0	18,7	2.223	50.209	17,6	-7,6	103,4	4,5
Serviços Alojamento, Alim., Rep. Man. Red., Rádio, Tv	6.124	86.737	6.401	89.817	4,5	3,6	6.461	57.944	0,9	-35,5	7.499	62.947	16,1	8,6	22,5	-27,4
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	533	17.988	1.264	21.057	137,1	17,1	1.034	35.372	-18,2	68,0	1.273	35.629	23,1	0,7	138,8	98,1
Ensino	277	4.061	258	4.657	-6,9	14,7	712	31.273	176,0	571,5	966	30.406	35,7	-2,8	248,7	648,7
Administração Pública Direta e Autárquica	8.128	224.223	1.797	216.427	-77,9	-3,5	211	195.348	-88,3	-9,7	179	74.726	-15,2	-61,7	-97,8	-66,7
Agric,Silvic, Criação Animais, Extr. Veg., Pesca	115	2.179	502	4.304	336,5	97,5	253	5.432	-49,6	26,2	235	5.742	-7,1	5,7	104,3	163,5
Outros	372	2.861	3.571	41.378	859,9	1346,3	1.218	4.961	-65,9	-88,0	134	292	-89,0	-94,1	-64,0	-89,8

Fonte: Ministério do Trabalho - Mtb.

Tabela 16
Evolução do Emprego Formal e do Número de Unidades Locais, segundo Ramos de Atividade
Região Entorno da Metropolitana de Porto Alegre
1986 - 1997

Ramos de Atividade	Total 1986		Total 1990		1990/1986		Total 1995		1995 / 1990		Total 1997		1997 / 1995		1997 / 1986	
	UL	PO	UL	PO	UL (%)	PO (%)	UL	PO	UL (%)	PO (%)	UL	PO	UL (%)	PO (%)	UL (%)	PO (%)
Total	17.782	254.554	23.138	294.556	30,1	15,7	27.279	312.694	17,9	6,2	31.549	320.481	15,7	2,5	77,4	25,9
Extrativa Mineral	76	2.387	72	1.645	-5,3	-31,1	95	1.161	31,9	-29,4	101	1.121	6,3	-3,4	32,9	-53,0
Indústria de Produtos Miner. Não-Metálicos	342	2.728	363	2.942	6,1	7,8	392	2.808	8,0	-4,6	403	2.902	2,8	3,3	17,8	6,4
Indústria Metalúrgica	485	14.444	602	15.509	24,1	7,4	847	14.425	40,7	-7,0	970	15.252	14,5	5,7	100,0	5,6
Indústria Mecânica	257	13.133	352	11.586	37,0	-11,8	329	7.165	-6,5	-38,2	344	7.880	4,6	10,0	33,9	-40,0
Indústria Material Eletr. e de Comunicação	57	1.395	98	1.757	71,9	25,9	138	5.459	40,8	210,7	138	4.287	0,0	-21,5	142,1	207,3
Indústria do Material de Transporte	83	10.273	97	10.969	16,9	6,8	168	10.421	73,2	-5,0	190	12.445	13,1	19,4	128,9	21,1
Indústria da Madeira e do Mobiliário	798	20.315	1.125	17.413	41,0	-14,3	1.444	21.310	28,4	22,4	1.592	21.455	10,2	0,7	99,5	5,6
Indústria do Papel, Papelão, Edit. e Gráfica	117	2.532	176	3.236	50,4	27,8	250	3.731	42,0	15,3	298	3.832	19,2	2,7	154,7	51,3
Indústria Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Indústria Diversos.	300	9.162	380	8.803	26,7	-3,9	321	7.542	-15,5	-14,3	367	8.100	14,3	7,4	22,3	-11,6
Indústria Química de Produtos, Farmacêutica, Veterinária., Perfumaria. Sabão	110	4.099	153	3.802	39,1	-7,2	337	6.202	120,3	63,1	432	7.485	28,2	20,7	292,7	82,6
Indústria Têxtil do Vest. e Artef. de Tecidos	540	11.409	1.016	11.112	88,1	-2,6	1.059	7.532	4,2	-32,2	1.091	7.807	3,0	3,7	102,0	-31,6
Indústria de Calçados	296	27.329	641	43.321	116,6	58,5	696	44.564	8,6	2,9	783	41.705	12,5	-6,4	164,5	52,6
Indústria de Prod. Alim., Beb. e Álcool Etilico	606	16.240	737	18.591	21,6	14,5	1.021	24.346	38,5	31,0	1.201	23.164	17,6	-4,9	98,2	42,6
Serviços Industriais de Utilidade Pública	104	1.972	160	2.264	53,8	14,8	206	2.746	28,8	21,3	174	1.838	-15,5	-33,1	67,3	-6,8
Construção Civil	264	3.402	813	6.099	208,0	79,3	1.172	9.742	44,2	59,7	1.252	10.413	6,8	6,9	374,2	206,1
Comércio Varejista	4.772	28.374	6.181	32.582	29,5	14,8	9.032	36.796	46,1	12,9	10.912	41.759	20,8	13,5	128,7	47,2
Comércio Atacadista	711	4.656	813	5.865	14,3	26,0	1.315	6.437	61,7	9,8	1.414	6.220	7,5	-3,4	98,9	33,6
Instituições de Crédito, Seg. e Capitalização	231	6.129	280	7.021	21,2	14,6	424	5.791	51,4	-17,5	468	5.178	10,4	-10,6	102,6	-15,5
Com Adm. Imov., Val. Mov. Serv. Tec. Prof.Etc	1.336	12.136	2.101	16.388	57,3	35,0	2.006	10.228	-4,5	-37,6	2.608	11.925	30,0	16,6	95,2	-1,7
Transportes e Comunicações	827	7.976	859	9.595	3,9	20,3	1.498	12.582	74,4	31,1	1.688	13.710	12,7	9,0	104,1	71,9
Serviços Alojamento, Alim., Rep. Man. Red., Rádio, Tv	2.495	19.377	2.880	18.664	15,4	-3,7	2.995	15.962	4,0	-14,5	3.737	20.079	24,8	25,8	49,8	3,6
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	154	3.341	338	4.742	119,5	41,9	405	7.621	19,8	60,7	469	8.063	15,8	5,8	204,5	141,3
Ensino	60	1.044	62	1.088	3,3	4,2	343	6.101	453,2	460,8	411	7.757	19,8	27,1	585,0	643,0
Administração Pública Direta e Autárquica	2.580	26.747	896	26.561	-65,3	-0,7	202	33.465	-77,5	26,0	206	30.423	2,0	-9,1	-92,0	13,7
Agric,Silvic, Criação Animais, Extr. Veg., Pesca	140	3.164	344	4.704	145,7	48,7	280	7.047	-18,6	49,8	288	5.651	2,9	-19,8	105,7	78,6
Outros	41	790	1.599	8.297	3.800,0	950,3	304	1.510	-81,0	-81,8	12	30	-96,1	-98,0	-70,7	-96,2

Fonte: Ministério do Trabalho – Mtb.

Tabela 17
Evolução do Emprego Formal e do Número de Unidades Locais, segundo Ramos de Atividade
Interior
1986 - 1997

Ramos de Atividade	Total 1986		Total 1990		1990/1986		Total 1995		1995 / 1990		Total 1997		1997 / 1995		1997 / 1986	
	UL	PO	UL	PO	UL (%)	PO (%)	UL	PO	UL (%)	PO (%)	UL	PO	UL (%)	PO (%)	UL (%)	PO (%)
Total	53.499	580.476	53.588	544.038	0,2	-6,3	52.369	498.594	-2,3	-8,4	56.932	655.884	8,7	31,5	6,4	13,0
Extrativa Mineral	308	3.288	307	3.172	-0,3	-3,5	383	2.211	24,8	-30,3	414	2.333	8,1	5,5	34,4	-29,0
Indústria de Produtos Miner. Não-Metálicos	815	6.441	743	5.499	-8,8	-14,6	709	4.490	-4,6	-18,3	755	5.127	6,5	14,2	-7,4	-20,4
Indústria Metalúrgica	728	7.374	715	5.185	-1,8	-29,7	865	6.596	21,0	27,2	916	8.273	5,9	25,4	25,8	12,2
Indústria Mecânica	330	15.897	324	9.691	-1,8	-39,0	237	9.548	-26,9	-1,5	248	10.400	4,6	8,9	-24,8	-34,6
Indústria Material Eletr. e de Comunicação	34	1.235	66	898	94,1	-27,3	87	1.165	31,8	29,7	87	930	0,0	-20,2	155,9	-24,7
Indústria do Material de Transporte	85	1.041	82	1.355	-3,5	30,2	158	2.137	92,7	57,7	158	2.312	0,0	8,2	85,9	122,1
Indústria da Madeira e do Mobiliário	1.667	14.550	1.392	10.059	-16,5	-30,9	1.436	9.309	3,2	-7,5	1.600	11.211	11,4	20,4	-4,0	-22,9
Indústria do Papel, Papelão, Edit. e Gráfica	292	4.284	338	3.699	15,8	-13,7	360	3.958	6,5	7,0	430	4.609	19,4	16,4	47,3	7,6
Indústria Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Indústria Diversos.	391	13.813	468	15.994	19,7	15,8	463	13.195	-1,1	-17,5	484	12.934	4,5	-2,0	23,8	-6,4
Indústria Química de Produtos, Farmacêutica, Veterinária., Perfumaria. Sabão	159	5.423	172	3.846	8,2	-29,1	246	4.397	43,0	14,3	288	4.475	17,1	1,8	81,1	-17,5
Indústria Têxtil do Vest. e Artif. de Tecidos	466	8.916	874	7.827	87,6	-12,2	936	5.394	7,1	-31,1	1.002	6.636	7,1	23,0	115,0	-25,6
Indústria de Calçados	509	25.456	331	7.599	-35,0	-70,1	214	7.594	-35,3	-0,1	216	7.908	0,9	4,1	-57,6	-68,9
Indústria de Prod. Alim., Beb. e Álcool Etilico	1.313	46.059	1.311	39.160	-0,2	-15,0	1.758	41.098	34,1	4,9	1.936	37.281	10,1	-9,3	47,4	-19,1
Serviços Industriais de Utilidade Pública	426	8.567	487	8.225	14,3	-4,0	516	9.142	6,0	11,1	526	7.076	1,9	-22,6	23,5	-17,4
Construção Civil	553	12.247	2.374	12.760	329,3	4,2	1.574	17.079	-33,7	33,8	1.666	22.107	5,8	29,4	201,3	80,5
Comércio Varejista	17.467	102.178	18.102	92.502	3,6	-9,5	22.614	88.182	24,9	-4,7	25.123	93.726	11,1	6,3	43,8	-8,3
Comércio Atacadista	2.308	20.642	2.269	18.423	-1,7	-10,7	3.163	20.408	39,4	10,8	3.198	20.878	1,1	2,3	38,6	1,1
Instituições de Crédito, Seg. e Capitalização	939	23.474	831	21.367	-11,5	-9,0	992	18.590	19,4	-13,0	1.019	13.041	2,7	-29,8	8,5	-44,4
Com Adm. Imov., Val. Mov. Serv. Tec. Prof.Etc	3.110	36.642	4.106	38.088	32,0	3,9	2.650	16.308	-35,5	-57,2	3.186	17.834	20,2	9,4	2,4	-51,3
Transportes e Comunicações	1.706	19.626	1.465	18.140	-14,1	-7,6	2.571	25.323	75,5	39,6	2.860	23.581	11,2	-6,9	67,6	20,2
Serviços Alojamento, Alim., Rep. Man. Red., Rádio, Tv	6.773	53.369	6.483	53.175	-4,3	-0,4	6.237	31.969	-3,8	-39,9	7.302	40.042	17,1	25,3	7,8	-25,0
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	512	8.516	965	11.697	88,5	37,4	973	23.001	0,8	96,6	1.133	24.992	16,4	8,7	121,3	193,5
Ensino	164	2.857	161	2.504	-1,8	-12,4	606	15.911	276,4	535,4	742	17.849	22,4	12,2	352,4	524,7
Administração Pública Direta e Autárquica	11.722	122.787	3.656	107.206	-68,8	-12,7	597	101.782	-83,7	-5,1	627	246.020	5,0	141,7	-94,7	100,4
Agric,Silvic, Criação Animais, Extr. Veg., Pesca	458	12.949	1.565	19.527	241,7	50,8	1.012	15.521	-35,3	-20,5	880	13.931	-13,0	-10,2	92,1	7,6
Outros	264	2.845	4.001	26.440	1.415,5	829,3	1.012	4.286	-74,7	-83,8	136	378	-86,6	-91,2	-48,5	-86,7

Fonte: Ministério do Trabalho - Mtb.

Com relação ao emprego formal por gênero, observa-se que quase 60% dos postos de trabalho são ocupados por empregados do sexo masculino (Tabela 10). A presença masculina é especialmente maior em setores considerados tradicionalmente “masculinos” tais como: construção civil, indústria extrativa-mineral, agropecuária e serviços industriais de utilidade pública. Nestes segmentos, 93,3%, 89,0%, 83,9% e 82,7%, respectivamente, do pessoal empregado são do sexo masculino. A presença feminina se torna mais forte em setores como serviços e administração pública. Neste último, a participação feminina é expressiva, com 59,3% do pessoal total empregado, enquanto em serviços, a participação é de 47,4%.

Tabela 18
Emprego Formal, por Sexo, segundo Grandes Grupos
Rio Grande do Sul
1997

Setores	Número de Estabelecimentos	Número de empregados			% Masculina	Razão de Sexo
		Masculino	Feminino	Total		
Total	179.325	1.039.973	718.694	1.758.667	59,1	1,4
Indústria Extrativa-Mineral	585	4.064	501	4.565	89,0	8,1
Indústria de Transformação	24.009	315.118	148.585	463.738	68,0	2,1
Serviços Industriais de Utilidade Pública	852	17.968	3.834	21.727	82,7	4,7
Construção Civil	8.870	67.910	4.944	72.760	93,3	13,7
Comércio	61.563	171.808	108.138	279.997	61,4	1,6
Serviços	61.726	258.677	232.501	491.501	52,6	1,1
Administração Pública	1.202	142.588	207.730	350.322	40,7	0,7
Agropecuária	20.018	61.257	11.968	72.987	83,9	5,1
Outros ou Ignorado	500	583	493	1.070	54,5	1,2

Fonte: Ministério do Trabalho – Rais/1997.

Os dados da Rais, para 1997 – Tabelas 11 e 12 – apresentam a distribuição dos estabelecimentos e pessoal ocupado com carteira assinada (PO) no Rio Grande do Sul. A Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre destaca-se com aproximadamente metade dos estabelecimentos e PO do Estado – 42,7% e 52,4%, respectivamente. As mesorregiões Noroeste e Nordeste abrigam 18,2% e 11,8% dos estabelecimentos, os quais mantêm 13,8% e 12,1% do PO do Estado, respectivamente. As demais mesorregiões mantêm um equilíbrio entre si, englobando 27,3% dos estabelecimentos e 21,6% do PO (Mapa 3).

As principais atividades no Estado estão concentradas nos setores serviço, comércio, indústria de transformação e administração pública, as quais englobam 82,8% dos estabelecimentos e 89,3% do PO no Estado.

Mapa 3

Os setores de comércio e serviços estão concentrados principalmente nos grandes centros urbanos, tais como a Região Metropolitana de Porto Alegre e os municípios de Caxias do Sul, Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo e Rio Grande, que são os centros comerciais e de serviços de suas mesorregiões e com concentração populacional mais alta.

A indústria de transformação está situada principalmente no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. Desta forma, a Região Metropolitana de Porto Alegre, somada ao município de Caxias do Sul, detém 42,3% dos estabelecimentos e 51,2% do PO deste setor. Os demais municípios possuem uma participação equilibrada e menor que 3% do total do Estado neste setor. Contudo, deve-se ressaltar a importância da indústria de transformação na mesorregião Centro-Oriental Rio-grandense, a qual é responsável por 42,2% do PO nesta mesorregião. Isso se deve principalmente à produção de fumo, muito importante nesta região.

Na agropecuária se destacam principalmente as mesorregiões Sudoeste e Noroeste Rio-grandenses. A primeira, com grandes e médias propriedades, possui 24,2% dos estabelecimentos e 23,3% do PO do setor, enquanto a Segunda, com pequenas e médias propriedades, possui 27,5% dos estabelecimentos, com 20,6% do PO.

Tabela 19
Distribuição do Emprego Formal, segundo Mesorregiões, por Setores de Atividade
Rio Grande do Sul
1997

Mesorregiões	Extr. Mineral		Ind. Transf.		Serv. Ind. UP		Constr. Civil		Comércio	
	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mesorregião 1										
Noroeste Rio-grandense	14,5	10,9	16,0	10,2	31,1	13,2	20,0	15,4	19,8	17,5
Mesorregião 2										
Nordeste Rio-grandense	35,0	15,0	21,4	20,3	9,6	2,9	13,3	10,0	10,1	9,0
Mesorregião 3										
Centro Ocidental Rio-grandense	5,8	4,9	3,1	1,4	7,0	3,5	8,4	4,6	5,0	4,4
Mesorregião 4										
Centro Oriental Rio-grandense	11,6	10,6	8,3	10,0	7,0	4,3	7,6	7,0	7,5	6,6
Mesorregião 5										
Metropolitana de Porto Alegre	21,9	39,0	44,4	53,0	29,6	63,9	36,8	52,1	42,9	48,9
Mesorregião 6										
Sudoeste Rio-grandense	2,4	1,9	2,5	1,2	6,5	4,9	6,0	2,5	6,8	6,3
Mesorregião 7										
Sudeste Rio-grandense	8,7	17,8	4,4	3,9	9,2	7,4	8,0	8,4	7,9	7,2

(continua)

Mesorregiões	Em porcentagem										
	Serviços		Adm. Pública		Agropecuária		Outr./Ign.		Total		
	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mesorregião 1											
Noroeste Rio-grandense	13,8	11,0	32,2	21,2	27,5	20,6	12,0	10,0	18,2	13,8	
Mesorregião 2											
Nordeste Rio-grandense	10,7	8,8	10,1	7,8	8,0	11,4	4,8	2,8	11,8	12,1	
Mesorregião 3											
Centro Ocidental Rio-grandense	4,1	3,4	5,9	4,7	10,9	6,6	7,4	5,0	5,3	3,4	
Mesorregião 4											
Centro Oriental Rio-grandense	6,1	4,6	8,7	5,9	6,0	5,6	3,8	2,3	7,0	6,8	
Mesorregião 5											
Metropolitana de Porto Alegre	53,5	61,3	30,1	45,3	11,4	19,5	45,0	39,6	42,7	52,4	
Mesorregião 6											
Sudoeste Rio-grandense	4,9	4,1	5,7	6,2	24,2	23,3	12,2	14,0	7,5	4,7	
Mesorregião 7											
Sudeste Rio-grandense	6,8	6,8	7,4	8,9	12,1	13,1	14,8	26,2	7,5	6,7	

(conclusão)

Fonte: Rais-Ministério do Trabalho.

Nota: Para o Município de Mormaço foram utilizados os dados de 1996 devido a inconsistência na base de 1997.

Tabela 20
Distribuição do Emprego Formal, segundo Municípios, por Setores de Atividade
Rio Grande do Sul
1997

Em porcentagem

Municípios	Extr. Mineral		Ind. Transf.		Serv. Ind. UP		Constr. Civil		Comércio	
	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO
RM de Porto Alegre	11,6	24,2	33,2	41,9	17,4	58,9	30,0	47,7	33,7	41,9
Alvorada	0,0	0,0	2,0	0,6	2,0	0,5	2,7	0,8	1,7	1,3
Cachoeirinha	1,5	1,0	3,9	3,4	2,0	0,7	2,5	2,7	2,9	2,8
Campo Bom	8,8	5,9	3,4	5,6	2,0	0,3	0,8	0,3	1,7	1,2
Canoas	4,4	0,4	7,1	6,7	7,4	3,1	7,7	6,3	6,8	8,1
Charqueadas	4,4	4,4	0,4	0,9	3,4	1,1	0,8	0,5	0,6	0,5
Dois Irmãos	0,0	0,0	1,6	3,6	2,0	0,2	0,5	1,7	0,7	0,5
Eldorado do Sul	1,5	2,4	0,5	1,2	2,0	0,2	0,3	0,1	0,4	0,2
Estancia Velha	10,3	4,0	2,1	3,0	2,0	0,1	0,9	0,7	0,9	0,7
Esteio	2,9	0,4	2,4	2,5	4,1	16,9	2,6	2,2	1,9	2,4
Glorinha	0,0	0,0	0,1	0,0	0,7	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
Gravataí	2,9	3,2	4,2	5,8	3,4	2,3	4,1	3,1	3,7	2,6
Guaíba	0,0	0,0	1,1	1,3	2,0	0,5	1,9	0,9	1,4	1,1
Ivoti	1,5	0,4	1,0	1,7	2,7	0,1	0,5	0,2	0,6	0,6
Nova Hartz	0,0	0,0	0,5	2,4	0,0	0,0	0,2	0,1	0,3	0,2
Novo Hamburgo	4,4	42,9	15,8	13,9	5,4	4,7	6,9	3,7	9,5	8,2
Parobe	4,4	0,7	1,4	5,3	1,4	0,1	0,5	0,2	0,8	0,3
Portão	0,0	0,0	1,2	1,5	1,4	0,0	0,4	0,4	0,4	0,3
Porto Alegre	27,9	26,9	36,3	23,5	31,1	62,0	54,8	62,0	54,0	60,0
Sao Leopoldo	5,9	0,5	7,2	6,4	8,8	3,7	5,5	2,9	5,0	4,5
Sapiranga	0,0	0,0	3,6	6,2	2,0	0,2	0,5	0,2	1,9	1,2
Sapucaia Do Sul	5,9	1,9	2,1	2,8	2,0	0,6	2,7	3,1	2,0	1,4
Triunfo	4,4	2,0	0,4	1,1	6,8	1,6	0,8	7,3	0,4	0,2
Viamão	8,8	3,2	1,8	0,6	5,4	1,2	2,3	0,6	2,4	1,7

(continua)

Municípios	Em porcentagem									
	Serviços		Adm. Pública		Agropecuária		Outr./Ign.		Total	
	Estab.	P.O.	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO
RM de Porto Alegre	45,8	56,4	17,4	37,1	4,1	10,1	41,8	36,7	34,1	44,7
Alvorada	0,5	0,7	1,9	1,5	0,2	0,1	1,0	0,3	1,2	0,9
Cachoeirinha	1,4	1,0	2,4	2,5	0,2	0,2	1,0	2,5	2,3	2,2
Campo Bom	0,8	1,1	1,4	2,0	1,3	0,3	0,5	1,0	1,5	2,3
Canoas	4,5	5,6	8,7	7,8	1,6	1,1	3,8	2,3	5,7	6,5
Charqueadas	0,4	0,2	1,0	0,8	1,3	0,9	0,0	0,0	0,5	0,5
Dois Irmãos	0,4	0,2	1,0	0,4	1,0	0,2	0,0	0,0	0,7	1,3
Eldorado do Sul	0,3	2,0	1,4	0,8	3,9	1,8	0,0	0,0	0,4	1,2
Estancia Velha	0,5	0,3	2,4	1,0	1,2	0,2	0,0	0,0	0,9	1,2
Esteio	1,2	1,1	1,9	1,6	0,6	0,1	4,3	2,3	1,7	2,1
Glorinha	0,1	0,6	0,5	0,1	4,3	1,2	0,0	0,0	0,1	0,3
Gravataí	1,5	1,6	3,4	4,3	5,3	1,7	1,9	1,8	2,8	3,3
Guaíba	1,0	1,8	1,9	1,7	8,8	5,8	1,0	1,0	1,3	1,5
Ivoti	0,4	0,2	0,5	0,4	1,1	0,2	1,4	0,8	0,6	0,7
Nova Hartz	0,2	0,1	0,5	0,4	0,7	0,2	0,0	0,0	0,3	0,8
Novo Hamburgo	6,8	4,4	5,3	3,7	2,3	0,7	6,7	6,1	8,8	7,5
Parobe	0,3	0,1	1,4	1,3	1,0	0,2	0,0	0,0	0,6	1,7
Portão	0,3	0,2	1,0	0,6	2,4	0,5	0,5	0,3	0,5	0,6
Porto Alegre	72,4	71,8	49,5	57,5	32,6	77,6	67,0	73,3	59,9	54,7
São Leopoldo	3,8	3,7	4,3	3,3	1,6	0,6	5,3	4,3	4,7	4,4
Sapiranga	0,8	1,1	1,4	1,6	1,1	0,3	0,0	0,0	1,5	2,5
Sapucaia do Sul	0,8	0,8	4,3	1,6	0,2	0,0	1,4	0,8	1,5	1,6
Triunfo	0,4	0,5	0,5	2,3	5,4	1,8	0,0	0,0	0,5	1,1
Viamão	1,0	0,9	3,4	3,0	21,8	4,3	4,3	3,3	1,9	1,2

(continua)

Em porcentagem

Municípios	Extr. Mineral		Ind. Transf.		Serv. Ind. UP		Constr. Civil		Comércio	
	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO
Interior	88,4	75,8	66,8	58,1	82,6	41,1	70,0	52,3	66,3	58,1
Caxias do Sul	1,2	1,2	13,6	16,1	1,4	0,9	8,6	9,7	6,3	7,6
Pelotas	3,1	3,1	3,5	3,6	1,8	3,9	5,7	7,3	5,1	6,1
Santa Maria	3,1	3,1	2,4	1,1	2,0	4,7	7,0	7,1	4,2	4,9
Passo Fundo	2,1	2,1	2,1	2,2	1,6	3,3	3,1	3,6	3,7	4,6
Rio Grande	0,4	0,4	1,0	1,8	2,1	5,5	1,6	4,9	2,4	3,2
Santa Cruz do Sul	2,3	2,3	1,9	3,5	0,9	2,0	2,1	5,6	2,1	2,3
Bento Gonçalves	1,0	1,0	4,0	4,4	1,1	1,3	1,8	1,9	1,9	1,9
Erechim	0,2	0,2	2,0	2,4	0,9	1,7	2,0	4,7	1,8	2,1
Lajeado	0,4	0,4	1,7	1,9	0,7	1,5	2,0	2,5	1,8	2,2
Uruguaiana	1,2	1,2	0,5	0,3	1,0	1,9	1,1	1,0	1,7	2,1
Bagé	0,2	0,2	0,6	0,3	1,0	2,2	1,3	0,9	1,5	2,0
Farroupilha	1,0	1,0	2,6	2,4	0,6	0,4	0,8	1,6	1,0	1,3
Ijuí	0,4	0,4	1,2	0,6	0,9	3,1	1,8	1,2	1,6	1,9
Cachoeira do Sul	2,3	2,3	1,0	0,7	0,9	2,8	1,5	0,7	1,3	1,5
Santana do Livramento	0,2	0,2	0,5	0,2	0,6	2,6	1,4	0,6	1,7	1,7
Santa Rosa	0,2	0,2	1,0	1,0	1,7	2,4	1,2	1,9	1,3	1,4
Vacaria	0,6	0,6	0,9	0,6	0,7	0,9	1,3	0,7	0,9	1,0
Santo Ângelo	0,2	0,2	0,9	0,6	0,9	1,5	1,4	1,4	1,5	1,6
Venâncio Aires	0,4	0,4	1,1	1,7	0,6	0,3	1,1	0,6	1,0	1,2
Carazinho	0,2	0,2	0,8	0,6	0,3	2,0	0,7	1,0	1,1	1,4
Taquara	1,2	1,2	1,0	1,4	0,6	0,7	0,4	0,6	0,8	1,1
Montenegro	0,8	0,8	0,6	0,9	0,6	0,4	0,9	1,0	0,9	1,1
Demais Municípios	77,6	77,6	55,1	51,7	77,4	54,1	51,0	39,5	54,4	45,9

(continua)

Municípios	Em porcentagem									
	Serviços		Adm. Pública		Agropecuária		Outr./Ign.		Total	
	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO
Interior	54,2	43,6	82,6	62,9	95,9	89,9	58,2	63,3	65,9	55,3
Caxias do Sul	9,3	10,5	2,0	3,9	1,5	1,9	2,7	1,8	7,4	9,9
Pelotas	6,3	8,0	1,9	3,7	1,8	2,8	9,6	5,3	4,7	5,2
Santa Maria	5,2	6,2	1,1	2,8	2,2	1,2	7,9	4,4	4,0	3,6
Passo Fundo	4,3	5,3	1,1	1,6	1,5	1,4	3,4	3,4	3,2	3,3
Rio Grande	3,0	4,6	2,4	3,0	0,8	1,6	6,5	28,5	2,1	3,1
Santa Cruz do Sul	2,6	3,4	1,2	1,4	0,2	0,6	2,1	0,7	1,9	2,8
Bento Gonçalves	2,7	2,9	0,8	1,6	0,8	0,3	0,0	0,0	2,2	2,7
Erechim	1,9	2,2	0,6	0,8	1,0	0,8	1,4	0,4	1,7	2,1
Lajeado	2,0	1,7	0,9	0,8	0,2	0,4	0,7	0,9	1,6	1,6
Uruguaiana	2,1	2,3	1,0	1,2	2,4	4,0	5,5	6,1	1,7	1,6
Bagé	1,5	2,0	0,8	1,5	3,0	3,1	5,8	8,9	1,6	1,4
Farroupilha	1,0	1,2	0,5	0,6	0,5	0,5	0,0	0,0	1,1	1,4
Ijuí	1,6	2,1	0,9	1,0	0,9	0,6	1,4	0,3	1,4	1,3
Cachoeira do Sul	1,2	1,2	1,0	1,3	2,2	1,9	3,1	1,6	1,4	1,2
Santana do Livramento	1,4	1,7	0,6	1,2	2,2	2,0	1,4	1,3	1,5	1,2
Santa Rosa	1,1	1,3	0,8	0,9	0,5	0,6	0,0	0,0	1,1	1,1
Vacaria	1,3	1,0	0,2	0,7	1,6	5,4	1,7	0,4	1,1	1,1
Santo Ângelo	1,5	1,5	0,6	0,8	0,6	0,4	1,7	2,5	1,2	1,1
Venâncio Aires	0,7	0,7	0,4	0,5	0,3	0,1	0,0	0,0	0,8	1,0
Carazinho	1,1	1,1	0,9	0,8	1,6	1,5	1,7	2,1	1,1	1,0
Taquara	0,9	0,9	1,1	0,7	0,2	0,1	0,3	0,1	0,7	1,0
Montenegro	1,0	1,4	0,4	0,7	0,5	0,3	1,0	0,4	0,8	1,0
Demais Municípios	46,3	37,1	78,5	68,4	73,3	68,4	41,9	30,7	55,5	50,3

(conclusão)

Fonte: Rais-Ministério do Trabalho.

Nota: Para o Município de Mormaço foram utilizados os dados de 1996 devido a inconsistência na base de 1997.

População

O Estado do Rio Grande do Sul contava, em 1996, com uma população de 9.637.682 habitantes, o que representava 5,8% da população total do país. Segundo dados do IBGE – Contagem Populacional –, nesta época, dos 427 municípios, 20,4% (87 municípios) abrigavam 75,5% da população do Estado. São municípios com população acima de 20 mil habitantes. Os 24,5% restantes da população do Rio Grande do Sul se distribuíam em 340 municípios, ou seja, 79,6% do total de municípios. Isso evidencia uma forte concentração populacional em poucos municípios (Tabela 13, Mapa 4).

A maior concentração populacional estava na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, com 42,1% da população do Estado. Destes, 31,8% se concentravam no município de Porto Alegre, com uma população de mais de 1 milhão de habitantes – 13,4% do Rio Grande do Sul. Além da capital, dos 15 municípios com maior população do Estado – com população na faixa de 100 a 500 mil habitantes –, oito se situavam na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre e um na mesorregião Nordeste Rio-grandense e, de acordo com o Atlas do Rio Grande do Sul, os municípios com maiores densidades demográficas, todos com mais de 1.000 hab./km², também estavam localizados nestas mesorregiões. Isso se explica pela concentração industrial no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. Os demais municípios mais populosos são centros importantes dentro de suas mesorregiões: Pelotas, Santa Maria, Rio Grande, Passo Fundo, Uruguaiana e Bagé.

Quanto aos municípios com menor população – até 10 mil habitantes –, estes se situavam, na sua maioria, na mesorregião Noroeste Rio-grandense (145 municípios no total de 192), onde predominam os municípios com áreas menores. Os municípios que apresentaram menor densidade populacional se situavam na região chamada metade sul do Estado (mesorregiões Sudoeste e Sudeste Rio-grandense) e no norte da mesorregião Nordeste Rio-grandense. Nestas regiões predominam as grandes e médias propriedades.

Mapa 4

Tabela 21
 Número de Municípios e Distribuição da População, segundo Classes de Tamanho de Município
 Estado do Rio Grande do Sul
 1980-1996

Classes de Tamanho	1980				1991				1996			
	Municípios		População Total		Municípios		População Total		Municípios		População Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Total Estado do Rio Grande do Sul	333	100,0	7.773.837	100,0	333	100,0	9.138.670	100,0	427	100,0	9.637.682	100,0
Até 5 Mil	72	21,6	234.788	3,0	66	19,8	208.665	2,3	156	36,5	490.264	5,1
5 a 10 Mil	98	29,4	726.823	9,4	97	29,1	694.654	7,6	105	24,6	735.286	7,6
10 a 20 Mil	82	24,6	1.147.218	14,8	80	24,0	1.167.048	12,8	79	18,5	1.138.309	11,8
20 a 50 Mil	46	13,8	1.357.670	17,5	51	15,3	1.526.456	16,7	47	11,0	1.413.461	14,7
50 a 100 Mil	24	7,2	1.600.786	20,6	23	6,9	1.555.047	17,0	24	5,6	1.659.740	17,2
100 a 500 Mil	10	3,0	1.581.075	20,3	15	4,5	2.723.397	29,8	15	3,5	2.911.743	30,2
Maior que 1 Milhão	1	0,3	1.125.477	14,5	1	0,3	1.263.403	13,8	1	0,2	1.288.879	13,4

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991 e Contagem Populacional 1996. Dados preliminares.

O Rio Grande do Sul teve um crescimento populacional entre 1980/96 de 1,4% a.a. Contudo, o crescimento foi mais acelerado na década de 80, quando a população cresceu a uma taxa de 1,5% a.a., em comparação com o período de 1991/96 quando a taxa de crescimento foi de apenas 1,1% (Tabela 14). Mesmo assim, em ambos os períodos, as taxas de crescimento foram inferiores à média do país, que apresentou taxas de crescimento de 1,9% a.a. para o período de 1980/91 e 1,4% a.a. entre 1991/96. Segundo o Atlas do Estado do Rio Grande do Sul, o menor crescimento populacional do Estado em relação à média do país se deve “em grande parte, à menor taxa de fecundidade das mulheres gaúchas” e à emigração, cuja taxa tem crescido nos últimos anos. De acordo com os dados da Contagem Populacional – 1996 do IBGE, a taxa de imigração do Rio Grande do Sul foi de 1,1% nos últimos cinco anos, enquanto a de emigração foi de 1,2% (Mapa 5).

Entre as mesorregiões, as que apresentaram as maiores taxas de crescimento, tanto para a década de 80, quanto para o período 1991/96, foram a Metropolitana de Porto Alegre, com taxas de 2,5% a.a. e 1,6% a.a., seguida da Nordeste Rio-grandense, com taxas de 1,8% a.a. e 1,8% a.a. Novamente, o parque industrial situado nestas regiões é o principal responsável pelo crescimento da população. Em contrapartida, a mesorregião Noroeste Rio-grandense apresentou as menores taxas de crescimento, sendo que mais da metade dos municípios apresentaram taxas de crescimento negativas. Entretanto, alguns municípios desta região, como Erechim, Passo Fundo e Panambi, cresceram a taxas maiores que a média do Estado. São cidades onde está instalado o parque industrial, vinculado à agropecuária, e o setor de serviços da região.

Quanto ao crescimento populacional urbano, houve uma desaceleração nas taxas no período de 1991/96 em relação ao período de 1980/91. Na década de 80, a população urbana cresceu a uma taxa de 2,6% a.a., enquanto entre 1991/96 a taxa de crescimento foi de 1,7% a.a. A população rural, por sua vez, teve taxas de crescimento negativas em ambos os períodos. A queda da população rural foi maior na década de 80 (-1,5% a.a.), e menos acentuada entre 1991 e 1996 (-0,9% a.a.). A migração para as cidades na década de 80

Mapa 5

ocorreu principalmente pela crise que atingiu o setor agropecuário com a queda dos preços internacionais dos principais produtos destinados à exportação.

Em 1996, o grau de urbanização no Rio Grande do Sul chegou a 78,7%, sendo 76,6% em 1991. Observa-se que a mesorregião Metropolitana de Porto Alegre é a que possui o maior grau de urbanização do Estado – 90,2%.

Vale ressaltar o grau de urbanização da metade sul do Estado – mesorregiões Sudeste e Sudoeste Rio-grandense. Estas apresentavam, em 1996, graus de urbanização de 79,2% e 85,5%, respectivamente, as mais altas depois da mesorregião Metropolitana de Porto Alegre. Alguns municípios com alto grau de urbanização, tais como Pelotas e Rio Grande (Sudeste) e Santana do Livramento e Uruguai (Sudoeste), são os principais responsáveis por estas mesorregiões apresentarem este destaque (Tabela 14). Os motivos para os altos graus de urbanização decorrem do processo de estagnação econômica que atinge esta região do Estado. O enfraquecimento da base produtiva – setor agropecuário e agroindústria – incentivou a ida para a cidade da população rural. Na mesorregião Sudoeste, as cidades fronteiriças com o Uruguai e a Argentina atraíram a população pelo setor terciário calcado no comércio e no transporte entre os países. Na mesorregião Sudeste, as cidades de Pelotas e Rio Grande centralizaram o parque industrial e o setor de serviços desta mesorregião. Desta forma, se constituíram em pólo de atração da população rural.

Em contrapartida, a mesorregião Noroeste Rio-grandense foi a que apresentou o menor grau de urbanização. É uma região onde predominam as pequenas propriedades, o que limitou o êxodo rural.

Tabela 22
 População Total e Taxas de Crescimento
 Estado do Rio Grande do Sul, Mesorregiões Geográficas e Principais Municípios
 1980/1991 e 1991/1996

Estado e Municípios	População			Grau de Urbanização	Taxa de Crescimento	
	1980	1991	1996	1996	1980/91	1991/96
Estado do Rio Grande do Sul	7.773.837	9.138.670	9.637.682	78,7	1,5	1,1
Mesorregião 1						
Noroeste Rio-grandense	1.909.887	1.943.386	1.956.758	60,5	0,2	0,1
Erechim	58.415	72.318	81.932	86,7	2,0	2,6
Ijuí	70.932	75.157	75.575	84,5	0,5	0,1
Passo Fundo	116.534	147.318	156.333	96,1	2,2	1,2
Santo Ângelo	71.387	76.592	75.511	86,1	0,6	-0,3
Mesorregião 2						
Nordeste Rio-grandense	644.805	784.798	855.752	74,5	1,8	1,8
Bento Gonçalves	58.941	78.643	83.201	88,6	2,7	1,1
Caxias do Sul	220.566	290.925	325.694	90,2	2,6	2,3
Vacaria	52.383	58.610	58.534	82,4	1,0	-0,0
Mesorregião 3						
Centro Ocidental Rio-grandense	428.578	479.797	503.970	75,0	1,0	1,0
Santa Maria	178.948	217.592	233.351	91,7	1,8	1,4
Santiago	45.901	51.755	53.703	80,5	1,1	0,8
Mesorregião 4						
Centro Oriental Rio-grandense	588.921	664.328	698.008	62,4	1,1	1,0
Cachoeira do Sul	82.823	89.148	88.612	82,4	0,7	-0,1
Lajeado	50.882	63.944	62.819	88,5	2,1	-0,4
Santa Cruz do Sul	98.120	117.773	100.433	83,0	1,7	-3,2
Mesorregião 5						
Metropolitana de Porto Alegre	2.875.938	3.757.500	4.054.091	90,2	2,5	1,6
Alvorada	91.380	142.046	162.005	99,9	4,1	2,7
Canoas	220.425	279.127	284.059	100,0	2,2	0,4
Gravataí	103.321	181.035	206.023	92,3	5,2	2,7
Novo Hamburgo	136.503	205.668	226.070	93,5	3,8	1,9
Porto Alegre	1.125.477	1.263.403	1.288.879	97,4	1,1	0,4
São Leopoldo	98.592	167.907	180.617	98,9	5,0	1,5
Sapucaia do Sul	79.367	104.885	114.012	99,4	2,6	1,7
Viamão	117.418	169.176	196.685	81,1	3,4	3,1
Mesorregião 6						
Sudoeste Rio-grandense	603.301	694.571	721.381	85,5	1,3	0,8
Alegrete	69.472	78.918	82.527	87,9	1,2	0,9
Bagé	100.135	118.967	115.657	81,9	1,6	-0,6
Santana do Livramento	68.111	80.252	85.554	92,9	1,5	1,3
Uruguaiana	91.497	117.456	124.881	90,7	2,3	1,3
Mesorregião 7						
Sudeste Rio-grandense	722.407	814.290	847.722	79,2	1,1	0,8
Pelotas	241.110	291.100	307.667	91,9	1,7	1,1
Rio Grande	146.115	172.422	178.256	96,2	1,5	0,7

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991 e Contagem Populacional 1996. Dados preliminares.

Tabela 23

Distribuição da População nas Mesorregiões, por Gênero, segundo Mesorregiões
Rio Grande do Sul
1996

Mesorregiões	Em porcentagem		
	Homens	Mulheres	Total
Total	49,2	50,8	100,0
Mesorregião 1			
Noroeste Rio-grandense	49,6	50,4	100,0
Mesorregião 2			
Nordeste Rio-grandense	49,7	50,3	100,0
Mesorregião 3			
Centro Ocidental Rio-grandense	49,1	50,9	100,0
Mesorregião 4			
Centro Oriental Rio-grandense	49,7	50,3	100,0
Mesorregião 5			
Metropolitana de Porto Alegre	48,7	51,3	100,0
Mesorregião 6			
Sudoeste Rio-grandense	49,3	50,7	100,0
Mesorregião 7			
Sudeste Rio-grandense	49,1	50,9	100,0

Fonte: Fundação IBGE – Contagem da População 1996; Fundação Seade.

Os dados da distribuição da população por sexo no Rio Grande do Sul mostram equilíbrio entre a população feminina e masculina, com um ligeiro predomínio da primeira (Tabela 15). A população feminina sobressai principalmente nas regiões com maior concentração urbana. Nas cidades como Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria e Passo Fundo, a população feminina é cerca de 52% a 53% da população total. Por outro lado, a população masculina predomina nos municípios rurais.

A participação feminina na chefia do lar tem aumentado nos últimos anos (21% em 1996), chegando próximo à média do Brasil (20,9%). Isso ocorre, principalmente, devido à maior inserção da mulher no mercado de trabalho e ao desemprego. Esta média não é constante para todos os municípios gaúchos. Ao contrário, a maioria se situa abaixo da média do Estado. Os municípios que possuem uma percentagem maior, com exceção de Porto Alegre, se situam principalmente nas mesorregiões Sul e Sudeste.²⁶ Estas regiões enfrentam profunda crise econômica, forçando a população masculina a sair em busca de trabalho em outras regiões, enquanto as mulheres permanecem em casa. A cidade de Porto Alegre se destaca, alcançando uma média superior a 30%.

²⁶ Atlas Sócio-Econômico do Rio Grande do Sul. Secretaria da Coordenação e Planejamento, 1996.

Perfil Educacional

A análise da situação educacional do Estado do Rio Grande do Sul fundamenta-se nos indicadores de instrução da população (taxa de analfabetismo para 1991), de escolarização (taxa líquida de escolarização para 1991 e 1998) e de acesso ao sistema e permanência na escola (matrículas por nível de ensino e dependência administrativa em 1998, variações das matrículas por nível de ensino, entre 1991 e 1998, e dos concluintes entre 1990 e 1997).

Para dimensionar as dificuldades de acesso ao sistema e de permanência da criança e do adolescente na escola, foram utilizados dados sobre a população analfabeta e a taxa de analfabetismo do grupo de idade de 11 a 14 anos, em 1991. Segundo a Unesco, é neste grupo que devem ser mensurados o contingente de analfabetos e o nível de analfabetismo entre crianças e adolescentes que já deveriam estar freqüentando a 5ª série do ensino fundamental, sendo capazes de realizar operações numéricas simples.

O contingente de analfabetos e a taxa de analfabetismo entre os jovens – população-alvo da educação profissional – podem ser visualizados através dos indicadores desagregados por grupos de idade de 15 a 19, 20 a 24 e 15 a 24 anos, disponíveis para Estados e Regiões nos anos de 1991 e 1995. Com relação aos Estados da Região Norte (exceto Tocantins), estas informações limitam-se apenas à população urbana, pois a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD não investiga as características da população rural residente.

No Rio Grande do Sul, em 1991, as taxas de analfabetismo da população de 11 a 14 anos (3%), de 15 a 19 anos (3%) e de 15 a 24 anos (4%) situavam-se no mesmo patamar que as da Região Sul e muito abaixo daquelas observadas para o Brasil (16% para as pessoas de 11 a 14 anos e 12% para os outros dois grupos de idade). Ressalte-se que as taxas de analfabetismo da população de 15 anos e mais (10%) para o Rio Grande do Sul e para a Região Sul, correspondiam à metade da taxa nacional.

Em 1995, no Estado, as taxas de analfabetismo da população de 15 a 19 anos, 15 a 24 anos e de 15 anos e mais (2%, 2% e 7%) também eram

semelhantes àquelas apresentadas pela Região Sul, equivalendo, mais uma vez, à metade das taxas nacionais para estes grupos etários, sendo que os segmentos de 15 a 19 e 15 a 24 anos chegam a registrar taxas quatro vezes menores que as observadas para o Brasil.

Portanto, o Estado do Rio Grande do Sul e a Região Sul, apesar de apresentarem pequena variação negativa nas suas taxas de analfabetismo – ao contrário do Brasil, que registrou queda mais acentuada –, entre 1991 e 1995 encontravam-se em situação bem melhor em relação ao conjunto do país, para todos os grupos etários. Neste período, no Brasil, as taxas de analfabetismo das mulheres de 15 a 19, 15 a 24 e 15 anos e mais diminuíram 5%, 5% e 5%, respectivamente, sendo que as reduções mais significativas referem-se à população rural, que já apresentava elevado analfabetismo. Por sua vez, o Rio Grande do Sul e a Região Sul, que em 1991 já possuíam taxas menores de analfabetismo, registraram em 1995 quedas menos acentuadas para esses segmentos.

Tabela 24

População Total, População Não Alfabetizada e Taxa de Analfabetismo, por Situação do Domicílio e Sexo, segundo Grupos de Idade
Brasil, Região Sul e Estado do Rio Grande do Sul
1991-1995

Grupos de Idade	População Total					População Não Alfabetizada					Taxa de Analfabetismo				
	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres
1991															
Brasil															
11 a 14 Anos	13.440.733	9.768.687	3.672.046	2.160.720	872.862	1.287.858	16,1	8,9	35,1
15 a 19 Anos	15.017.472	11.157.641	3.859.831	7.460.490	7.556.982	1.810.236	756.558	1.053.678	1.127.382	682.854	12,1	6,8	27,3	15,1	9,0
20 a 24 Anos	13.564.878	10.485.477	3.079.401	6.712.435	6.852.443	1.652.047	766.266	885.781	935.263	716.784	12,2	7,3	28,8	13,9	10,5
15 a 24 Anos	28.582.350	21.643.118	6.939.232	14.172.925	14.409.425	3.462.283	1.522.824	1.939.459	2.062.645	1.399.638	12,1	7,0	28,0	14,6	9,7
15 Anos e Mais	95.837.043	74.443.693	21.393.350	46.683.696	49.153.347	19.233.239	10.561.449	8.671.790	9.266.587	9.966.652	20,1	14,2	40,5	19,8	20,3
Região Sul															
11 a 14 Anos	1.845.769	1.338.476	507.293	66.556	38.092	28.464	3,6	2,9	5,6
15 a 19 Anos	2.128.363	1.537.467	590.896	1.065.370	1.062.993	79.720	44.458	35.262	46.122	33.598	3,8	2,9	6,0	4,3	3,2
20 a 24 Anos	2.042.859	1.520.384	522.475	1.017.562	1.025.297	94.992	54.201	40.791	48.827	46.165	4,7	3,6	7,8	4,8	4,5
15 a 24 Anos	4.171.222	3.057.851	1.113.371	2.082.932	2.088.290	174.712	98.659	76.053	94.949	79.763	4,2	3,2	6,8	4,6	3,8
15 Anos e Mais	15.064.437	11.241.877	3.822.560	7.385.299	7.679.138	1.784.558	1.089.937	694.621	780.941	1.003.617	11,9	9,7	18,2	10,6	13,1
Rio Grande do Sul															
11 a 14 Anos	711.352	541.815	169.537	22.686	15.437	7.249	3,2	2,9	4,3
15 a 19 Anos	803.722	605.921	197.801	403.599	400.123	26.735	16.762	9.973	16.179	10.556	3,3	2,8	5,0	4,0	2,6
20 a 24 Anos	789.353	606.903	182.450	392.953	396.400	30.428	19.263	11.165	16.828	13.600	3,9	3,2	6,1	4,3	3,4
15 a 24 Anos	1.593.075	1.212.824	380.251	796.552	796.523	57.163	36.025	21.138	33.007	24.156	3,6	3,0	5,6	4,1	3,0
15 Anos e Mais	6.391.521	4.891.154	1.500.367	3.096.961	3.294.560	646.586	409.051	237.535	290.827	355.759	10,1	8,4	15,8	9,4	10,8
1995															
Brasil															
11 a 14 Anos
15 a 19 Anos	15.778.383	12.410.258	3.368.125	7.988.596	7.789.787	1.077.149	502.520	574.629	745.401	331.748	6,8	4,0	17,1	9,3	4,3
20 a 24 Anos	13.005.748	10.518.256	2.487.492	6.435.482	6.570.266	981.078	486.302	494.776	611.664	369.414	7,5	4,6	19,9	9,5	5,6
15 a 24 Anos	28.784.131	22.928.514	5.855.617	14.424.078	14.360.053	2.058.227	988.822	1.069.405	1.357.065	701.162	7,2	4,3	18,3	9,4	4,9
15 Anos e Mais	103.326.410	83.258.120	20.068.290	49.778.637	53.547.773	16.087.456	9.521.317	6.566.139	7.693.168	8.394.288	15,6	11,4	32,7	15,5	15,7
Região Sul															
11 a 14 Anos
15 a 19 Anos	2.187.864	1.697.799	490.065	1.125.146	1.062.718	44.508	30.379	14.129	26.880	17.628	2,0	1,8	2,9	2,4	1,7
20 a 24 Anos	1.901.399	1.464.628	436.771	938.033	963.366	58.440	35.392	23.048	26.243	32.197	3,1	2,4	5,3	2,8	3,3
15 a 24 Anos	4.089.263	3.162.427	926.836	2.063.179	2.026.084	102.948	65.771	37.177	53.123	49.825	2,5	2,1	4,0	2,6	2,5
15 Anos e Mais	16.163.915	12.524.676	3.639.239	7.872.559	8.291.356	1.471.801	968.978	502.823	630.874	840.927	9,1	7,7	13,8	8,0	10,1
Rio Grande do Sul															
11 a 14 Anos
15 a 19 Anos	831.668	682.920	148.748	403.180	428.488	13.730	11.228	2.502	8.365	5.365	1,7	1,6	1,7	2,1	1,3
20 a 24 Anos	720.411	568.955	151.456	352.066	368.345	22.888	15.452	7.436	10.088	12.800	3,2	2,7	4,9	2,9	3,5
15 a 24 Anos	1.552.079	1.251.875	300.204	755.246	796.833	36.618	26.680	9.938	18.453	18.165	2,4	2,1	3,3	2,4	2,3
15 Anos e Mais	6.849.740	5.399.196	1.450.544	3.260.533	3.589.207	534.409	356.411	177.998	241.925	292.484	7,8	6,6	12,3	7,4	8,2

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.
... Dado não disponível.

A taxa líquida de escolarização – relação entre o número de alunos na faixa etária adequada matriculados em determinado nível de ensino e a população nesta mesma faixa etária –, no Rio Grande do Sul, em 1991, foi de 22%, para a pré-escola, de 94% para o ensino fundamental e de 23% para o ensino médio. Estas taxas, excetuando aquela referente à pré-escola, encontravam-se no mesmo patamar que as da Região Sul e acima das nacionais.

Observando-se esses mesmos dados para 1998, nota-se que o Estado e a Região Sul, que já possuíam altas taxas de escolarização do ensino fundamental (96% e 96%), apresentaram um pequeno aumento, ao contrário do ocorrido com a taxa nacional, que registrou um crescimento de 9%, passando a atingir 95%. No ensino médio, no entanto, as taxas de 46% e 45% dobraram neste período, situando-se 15 pontos percentuais acima daquela observada para o país.

Tabela 25
Taxas Líquidas de Escolarização, por Nível de Ensino
Brasil, Região Sul e Estado do Rio Grande do Sul
1991-1998

Regiões	Em porcentagem					
	Educação Pré-Escolar		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	1991	1998	1991	1998	1991	1998
Brasil	34,7	...	86,1	95,3	17,7	30,8
Região Sul	27,1	...	94,2	96,2	22,3	44,8
Rio Grande do Sul	22,2	...	94,0	95,7	22,6	46,0

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

Nota: As faixas etárias utilizadas para o cálculo da taxa líquida de escolarização do ensino médio, foram 15 a 19 anos, em 1991, e 15 a 17 anos, em 1998.

A distribuição das matrículas, no Rio Grande do Sul, por nível de ensino e dependência administrativa, indica que a rede federal, em 1998, participava com menos de 1% do ensino fundamental e com 3% do ensino médio.

A rede estadual respondia por 39% dos alunos da pré-escola/classe de alfabetização, por 52% do ensino fundamental e por 75% do ensino médio, enquanto a rede particular participava com 17%, 9% e 216%, respectivamente, e a rede municipal com 44%, 39% e 1% das matrículas daqueles três níveis de ensino.

O Rio Grande do Sul apresenta um sistema de ensino estruturado com longa história de participação comunitária. Em que pesem as divergências partidárias que neste momento estão colocando em discussão quais são os melhores

organismos ou formas de organização e participação da sociedade nas discussões e encaminhamentos das questões gerais e daquelas referentes à Educação, tais como os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Coredes, criados pela Lei nº 10.283/94, em que se destacam a Comissão de Educação, o Orçamento Participativo – como estratégia de planejamento e relacionamento Estado-Sociedade – e o Fórum Democrático articulado pela Assembléia Legislativa, há no Rio Grande do Sul, além de uma tradição municipalista, uma intensa mobilização pela educação.

Além do Orçamento Participativo, atualmente está sendo discutida e implantada, na rede estadual, a Constituinte Escolar, com a participação da comunidade escolar (pais, alunos e professores), visando a reconstrução do projeto político-pedagógico das escolas, das Delegacias de Educação e da Secretaria de Educação.

Deve-se acrescentar, ainda, a importância da rede municipal, no processo de mobilização pela educação, uma vez que a expansão da oferta de matrículas no Estado ocorreu, ao longo do tempo, através da sua participação efetiva. Embora date de 1970 a primeira iniciativa do Governo Estadual para municipalização do ensino, através do Programa Pró-Município, foi a Constituição Estadual de 1989 que desempenhou importante papel nesse processo, abrindo a possibilidade de responsabilizar a autoridade municipal pela dificuldade de acesso ao ensino fundamental e dispondo sobre o recenseamento dos educandos do ensino fundamental articulado com o Estado, sobre a criação de Conselhos Municipais de Educação e a elaboração de Planos Plurianuais de Educação, instrumentos considerados essenciais para o desenvolvimento da gestão municipal da educação ¹⁸.

¹⁸ Cf. LUCE, M.B. “Construindo os sistemas municipais de ensino: o papel das associações de municípios no Rio Grande do Sul”. *Seminário sobre Gestão Escolar: desafios e tendências*. Brasília, IPEA, 1994.

A partir de 1988, o movimento que estimulava a expansão das redes municipais ganhou impulso quando os secretários municipais de educação do Rio Grande do Sul, associados ao Conselho de Secretários Municipais – Conseme e a União dos Dirigentes Municipais – Undime vincularam-se à Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – Famurs, entidade suprapartidária, criada em 1976, que coordena atualmente 23 Associações de Municípios no debate e encaminhamento de assuntos de interesse dos municípios. A sua Unidade de Educação e Cultura, em conjunto com o Conseme e a Undime promoveu amplas discussões sobre a natureza, atribuições e funções dos Conselhos Municipais de Educação, bem como seminários de capacitação das equipes técnicas das Secretarias Municipais de Educação para elaboração dos Planos Municipais de Educação, contribuindo efetivamente para a formação e fortalecimento dos sistemas municipais de ensino. Essa atuação articulada veio imprimir um caráter fortemente regional e desconcentrador na condução das políticas educacionais implementadas no Estado.¹⁹

Comparando-se a variação do número de matrículas, entre 1991 e 1998, verificam-se aumentos de matrículas da pré-escola/classe de alfabetização de 17%, no Estado, e 10%, na Região Sul. É interessante notar que, no Rio Grande do Sul, a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, que modifica o financiamento da educação ao vincular constitucionalmente recursos ao ensino fundamental que poderiam estar sendo destinados à pré-escola/classe de alfabetização, não alterou significativamente o atendimento a esse nível de ensino, que apresentou crescimento de 1%, entre 1996 e 1998. Na Região Sul e no Brasil, neste mesmo período, as matrículas diminuíram 3% e 14%, respectivamente, sugerindo a relação entre a queda das matrículas com a redução do ritmo de crescimento da faixa etária demandatária desse nível de ensino e a implantação do Fundef em 1998.

Os aumentos de 9% no total de matrículas do ensino fundamental, entre 1991 e 1998, e de 84% no número de concluintes, entre 1990 e 1997, no

¹⁹ Cf. COSTA, V.L.C.; MAIA, E.M. e MANDEL, L.M. *Gestão educacional e descentralização – novos padrões*. 2ª ed. – São Paulo, Ed. Cortez, 1997.

Estado, embora inferiores aos registrados para o país, abaixo dos valores nacionais, refletem uma situação de estabilidade na oferta desse nível de ensino, uma vez que, em 1991, já era baixa a taxa de analfabetismo da população de 11 a 14 anos e elevada a taxa de escolarização do ensino fundamental.

O impacto do Fundef no aumento, ou na transferência, das matrículas desse nível de ensino da rede estadual para a municipal não foi significativo, pois, entre 1996 e 1998, a rede estadual decresceu apenas 3% e a rede municipal cresceu 12%.

No ensino médio, entre 1991 e 1998, houve aumento de 94% no número de matrículas no Estado do Rio Grande do Sul, percentual superior ao verificado na Região Sul e no Brasil. O total de concluintes, por sua vez, registrou crescimento de 72%, entre 1990 e 1997, valor 14% e 30% abaixo daqueles observados na Região Sul e no Brasil.

O aumento de 21% para as matrículas desse nível de ensino, entre 1996 e 1998, e de 15% para as matrículas nos cursos presenciais de jovens e adultos, entre 1997 e 1998, revela problemas na oferta das modalidades regular e supletivo na rede pública de ensino, mostrando-se insuficiente para atender a estes segmentos populacionais, uma vez que, mesmo não sendo verificado, em 1995, elevados índices de analfabetismo jovem (2%), registrou-se baixa taxa de escolarização (46%) no ensino médio, em 1998.

Tabela 26
Matrículas e Variação, segundo Níveis de Ensino e Dependência Administrativa
Brasil, Região Sul e Estado do Rio Grande do Sul
1991-1998

Níveis de Ensino	Dependência Administrativa	1991		1996		1998		Variação (%)	
		Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%	91/98	96/98
Brasil									
Pré-Escola/Classe Alfabetização	Total	5.283.894	100,0	5.714.303	100,0	4.917.408	100,0	-6,9	-14,0
	Federal	17.240	0,3	6.254	0,1	2.585	0,1	-85,0	-58,7
	Estadual	1.209.937	22,9	997.723	17,5	461.663	9,4	-61,8	-53,7
	Municipal	2.742.849	51,9	3.446.725	60,3	3.209.918	65,3	17,0	-6,9
Ensino Fundamental	Total	1.313.868	24,9	1.263.601	22,1	1.243.242	25,3	-5,4	-1,6
	Federal	95.536	0,3	33.564	0,1	29.181	0,1	-69,5	-13,1
	Estadual	16.716.816	57,2	18.468.772	55,7	17.266.355	48,2	3,3	-6,5
	Municipal	8.773.360	30,0	10.921.037	33,0	15.113.669	42,2	72,3	38,4
Ensino Médio	Total	3.618.012	12,4	3.707.897	11,2	3.383.349	9,5	-6,5	-8,8
	Federal	103.092	2,7	113.091	2,0	122.927	1,8	19,2	8,7
	Estadual	2.472.757	65,6	4.137.324	72,1	5.301.475	76,1	114,4	28,1
	Municipal	176.769	4,7	312.143	5,4	317.488	4,6	79,6	1,7
	Particular	1.017.612	27,0	1.176.519	20,5	1.226.641	17,6	20,5	4,3
Região Sul									
Pré-Escola/Classe Alfabetização	Total	452.374	100,0	509.254	100,0	496.275	100,0	9,7	-2,6
	Federal	2.061	0,5	674	0,1	353	0,1	-82,9	-47,6
	Estadual	123.478	27,3	112.544	22,1	83.759	16,9	-32,2	-25,6
	Municipal	190.074	42,0	268.139	52,7	296.908	59,8	56,2	10,7
Ensino Fundamental	Total	136.761	30,2	127.897	25,1	115.255	23,2	-15,7	-9,9
	Federal	4.489	0,1	3.685	0,1	1.900	0,1	-57,7	-48,4
	Estadual	2.395.052	57,0	2.443.879	54,6	2.347.523	51,5	-2,00	-3,9
	Municipal	1.366.952	32,5	1.626.723	36,3	1.832.796	40,2	34,1	12,7
Ensino Médio	Total	434.876	10,4	401.487	9,0	376.673	8,3	-13,4	-6,2
	Federal	19.347	3,3	27.110	2,9	26.687	2,4	37,9	-1,6
	Estadual	423.021	72,7	730.963	77,9	896.537	80,3	111,9	22,7
	Municipal	6.621	1,1	8.452	0,9	8.010	0,7	21,0	-5,2
	Particular	132.689	22,8	171.412	18,3	184.685	16,6	39,2	7,7
Rio Grande do Sul									
Pré-Escola/Classe Alfabetização	Total	133.294	100,0	155.197	100,0	156.337	100,0	17,3	0,7
	Federal	123	0,1	-	-	-	-	-	-
	Estadual	51.761	38,8	63.465	40,9	61.645	39,4	19,1	-2,9
	Municipal	45.039	33,8	61.983	39,9	68.637	43,9	52,4	10,7
Ensino Fundamental	Total	36.371	27,3	29.749	19,2	26.055	16,7	-28,4	-12,4
	Federal	1.676	0,1	863	0,1	847	0,1	-49,5	-1,9
	Estadual	826.903	50,9	949.399	54,6	922.269	52,2	11,5	-2,9
	Municipal	580.931	35,8	609.336	35,1	681.402	38,6	17,3	11,8
Ensino Médio	Total	213.631	13,2	178.416	10,3	162.345	9,2	-24,0	-9,0
	Federal	8.760	3,9	10.091	2,8	11.159	2,6	27,4	10,6
	Estadual	150.892	67,9	261.206	73,0	324.667	75,4	115,2	24,3
	Municipal	4.276	1,9	5.543	1,6	6.187	1,4	44,7	11,6
	Particular	58.166	26,2	80.764	22,6	88.769	20,6	52,6	9,9

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

Tabela 27
 Concluintes e Variação, por Nível de Ensino
 Brasil, Região Sul e Estado do Rio Grande do Sul
 1990-1997

Regiões	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	1990	1997	Variação 90/97 (%)	1990	1997	Variação 90/97 (%)
Brasil	1.062.707	2.151.835	102,5	658.725	1.330.150	101,9
Região Sul	175.732	329.721	87,6	102.940	191.645	86,2
Rio Grande do Sul	70.601	129.679	83,7	37.352	64.366	72,3

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

Tabela 28
 Matrículas nos Cursos Presenciais de Jovens e Adultos,
 com Avaliação no Processo, por Dependência Administrativa
 Estado do Rio Grande do Sul
 1997 - 1998

Ano	Total	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
1997	131.081	-	66.945	16.184	47.952
1998	150.938	-	78.803	19.693	52.442
Tx.Cresc. 97/98	15,15	-	17,71	21,68	9,36

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep.

O desempenho do sistema de ensino, visualizado através das taxas de aprovação, reprovação e abandono do ensino fundamental, no período de 1995-97, demonstra avanço nos índices de aprovação do Estado, da Região Sul e do Brasil, sendo que as taxas do Rio Grande do Sul encontram-se no mesmo patamar daquelas da Região Sul e acima das nacionais. Essa diferença fica mais evidente para 1ª à 4ª série, no Rio Grande do Sul e na Região Sul, em que ocorrem com maior ênfase aumento nas taxas de aprovação e diminuição nas de abandono.

Os avanços foram observados também em relação ao desempenho do ensino médio, entre 1995 e 1997, para a Região Sul e o Brasil, que apresentaram aumento de cerca de 11% nas taxas de aprovação, e para o Rio Grande do Sul, que registrou crescimento de 18%. Esse movimento ocorreu de maneira diferenciada no Estado, com queda vertiginosa nas taxas de abandono, atingindo 3%, em 1997, e lenta redução nas altas taxas de reprovação verificadas nesse período.

Tabela 29
 Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono do Ensino Fundamental
 Brasil, Região Sul e Estado do Rio Grande do Sul
 1995-1997

Em porcentagem

Regiões	Total			1ª à 4ª Série			5ª à 8ª série		
	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)
Brasil									
1995	70,6	15,7	13,6	70,9	16,2	12,9	70,2	14,9	14,9
1996	73,0	14,1	12,9	73,3	14,8	11,9	72,7	13,0	14,3
1997	77,5	11,4	11,1	76,7	12,8	10,5	78,7	9,4	12,0
Região Sul									
1995	76,7	15,2	8,1	80,5	14,1	5,4	72,1	16,6	11,3
1996	77,8	14,9	7,2	81,6	13,8	4,6	73,2	16,3	10,5
1997	82,3	11,5	6,1	84,9	12,0	3,1	79,3	11,0	9,8
Rio Grande do Sul									
1995	76,4	17,4	6,2	80,6	15,2	4,2	71,2	20,2	8,7
1996	77,9	16,1	6,0	81,7	14,5	3,8	73,4	18,1	8,6
1997	81,2	13,6	5,2	84,2	12,7	3,1	77,9	14,6	7,5

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep.

(1) Abandono = 100 menos a taxa da aprovação menos a taxa de reprovação.

Tabela 30
 Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono do Ensino Médio
 Brasil, Região Sul e Estado do Rio Grande do Sul
 1995-1997

Regiões		Em porcentagem		
		Aprovação	Reprovação	Abandono (1)
Brasil	1995	67,7	10,3	22,0
	1996	74,4	9,9	15,7
	1997	78,8	7,5	13,7
Região Sul	1995	69,6	13,0	17,4
	1996	72,2	12,5	15,2
	1997	80,0	10,0	10,0
Rio Grande do Sul	1995	65,3	19,4	15,3
	1996	69,2	17,0	13,8
	1997	83,2	14,2	2,6

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep.

(1) Abandono = 100 menos a taxa da aprovação menos a taxa de reprovação.

A relação existente entre qualidade de ensino e formação dos professores aponta que, para complementar a análise do desempenho do sistema, é necessário considerar o perfil dos docentes da educação básica e sua respectiva remuneração.

No Brasil, em 1997, 88% dos professores de 1ª à 4ª série, 75% de 5ª à 8ª e 89% do ensino médio apresentavam a formação exigida para o exercício do magistério. Na Região Sul, esses percentuais eram de, respectivamente, 95%, 86% e 92% e, no Rio Grande do Sul, de 97%, 86% e 94%, o que demonstra que os docentes do ensino fundamental e do ensino médio, no Estado e na Região Sul, apresentam, um perfil de formação exigido pela lei superior àquele registrado para o país. Acrescente-se que o Estado registra a menor porcentagem de docentes leigos.

Os valores do salário médio dos docentes, por grau de formação, variavam significativamente, considerando-se nesta análise apenas a formação exigida pela lei. Em 1997, no Rio Grande do Sul, os que lecionavam da 1ª à 4ª série e tinham ensino médio completo recebiam salários bem maiores que os apresentados na Região Sul e no Brasil. Já aqueles que lecionavam da 5ª à 8ª série e no ensino médio e possuíam superior completo percebiam salários bem inferiores aos da Região Sul e do Brasil.

Tabela 31
Docentes e Salários por Grau de Formação, segundo Nível de Ensino em que Lecionam
Brasil, Região Sul e Estado do Rio Grande do Sul
1997

Nível de Ensino	Grau de Formação									
	Total			1º Grau Incompleto/Completo		2º Grau Completo		3º Grau Completo ou Mais		Não Informado
	Nº Absoluto	% Docentes	Salário Médio (R\$)	% Docentes	Salário Médio (R\$)	% Docentes	Salário Médio (R\$)	% Docentes	Salário Médio (R\$)	% Docentes
Brasil										
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	204.644	100,0	419,5	14,9	134,1	59,1	349,9	25,6	715,7	0,4
1ª à 4ª Série	616.956	100,0	425,6	12,2	147,4	62,0	363,4	25,5	687,6	0,4
5ª à 8ª Série	434.991	100,0	605,4	0,4	247,0	23,9	329,6	75,3	693,8	0,4
Ensino Médio	238.589	100,0	700,2	0,1	284,1	10,3	345,8	89,1	739,6	0,6
Sul										
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	28.272	100,0	465,0	3,7	245,1	58,2	384,2	37,8	610,6	0,4
1ª à 4ª Série	90.450	100,0	460,1	4,7	230,8	56,9	377,0	38,1	614,4	0,3
5ª à 8ª Série	81.070	100,0	594,4	0,3	272,8	13,4	351,7	86,1	633,0	0,3
Ensino Médio	45.933	100,0	683,0	0,1	281,5	7,1	350,6	92,3	708,3	0,5
Rio Grande do Sul										
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	9.327	100,0	532,3	1,3	323,0	51,5	443,8	47,0	635,5	0,3
1ª à 4ª Série	35.171	100,0	490,4	2,7	303,6	56,4	416,0	40,7	607,4	0,3
5ª à 8ª Série	38.198	100,0	554,4	0,2	307,1	13,6	421,6	86,0	576,0	0,3
Ensino Médio	18.446	100,0	672,1	0,1	339,6	5,3	474,5	94,2	683,0	0,5

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

Nota: O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento

A análise das informações sobre o Rio Grande do Sul permite vislumbrar o relativo sucesso da política educacional implantada no Estado conseguido, em grande parte, através da sustentabilidade e consolidação dos sistemas municipais de ensino. A oferta de educação fundamental na rede pública de ensino, garantindo o acesso, aliada aos baixos índices de abandono, garantindo a permanência da criança e do adolescente na escola, foram responsáveis, nesta década, pelas altas taxas de escolarização desse nível de ensino e pelas taxas residuais de analfabetismo de crianças e jovens, observadas desde 1991. O grande desafio a ser enfrentado pelo poder público refere-se ao ensino médio uma vez que, mesmo possuindo baixa taxa de analfabetismo jovem e taxa de escolarização bem superior à nacional, os indicadores apontam para a necessidade da ampliação da sua oferta nas modalidades regular e supletivo, tanto para atender a demanda advinda dos concluintes do ensino fundamental, quanto para trazer para a escola os jovens e adultos que, na idade apropriada, não tiveram oportunidade de ingresso e ou permanência no sistema de ensino. É fundamental sua extensão como estratégia de incorporação dos mesmos ao sistema de ensino, e, paralelamente, a oferta de educação profissional para sua incorporação ao mercado de trabalho.